



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais
Aplicadas - FATECS

RODRIGO ALBERTO NUNES

**CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA: IRONIA E HETEROGENEIDADE - JORNAIS G1,
BRASIL 247 E LE MONDE DIPLOMATIQUE/BRASIL**

Brasília
Junho 2016

RODRIGO ALBERTO NUNES

**CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA: IRONIA E HETEROGENEIDADE - JORNAIS G1,
BRASIL 247 E LE MONDE DIPLOMATIQUE/BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC
apresentado como requisito para a
conclusão do curso de bacharelado em
Comunicação Social, com habilitação em
Jornalismo, da Faculdade de Tecnologia e
Ciências Sociais Aplicadas do Centro
Universitário de Brasília — UniCEUB

Orientadora: Flor Marlene

Brasília

Junho 2016

RODRIGO ALBERTO NUNES

**CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA: IRONIA E HETEROGENEIDADE - JORNAIS G1,
BRASIL 247 E LE MONDE DIPLOMATIQUE/BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC
apresentado como requisito para a
conclusão do curso de bacharelado em
Comunicação Social, com habilitação em
Jornalismo, da Faculdade de Tecnologia e
Ciências Sociais Aplicadas do Centro
Universitário de Brasília — UniCEUB

Brasília, 22 de Junho de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Flor Marlene, Dra.

Orientadora

Prof. Sérgio Euclides, Dr.

Examinador

Profa. Úrsula Diesel, Msc.

Examinadora

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a Deus pela força, aos meus pais por me apoiarem desde o início do curso, aos meus tios, avós, amigos e conjugues. A minha orientadora que se empenhou em citar referências para complementar o TCC, e pela sua habilidade na área semiótica e disponibilidade em estar sempre me ajudando quando estava na correria da produção deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo analisar conteúdos jornalísticos publicados em três portais da internet, G1, Brasil 247 e Le Monde Diplomatique em relação às publicações que saíram nos períodos mais conturbados da Presidência da Câmara dos Deputados a partir do final de 2015, época em que o PMDB pautava os projetos de lei da Casa e liderava a discussão da abertura do processo de impeachment da presidente da república, Dilma Rousseff. Nesse contexto são mostrados tipos de abordagens diferentes do discurso por meio da ironia e heterogeneidade discursiva da notícia. São analisadas a quantidade de matérias que apresentam essas formas de intertextos e marcações de afirmações polêmicas. Nelas são percebidas a quantidade da presença dessas estratégias textuais com maioria da heterogeneidade discursiva e minoria das matérias que apresentam ironia.

Palavras-chave: Discurso; Eduardo Cunha; Jornalismo Político; G1; Brasil 247; Le Monde Diplomatique/Brasil.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	OBJETIVOS	9
2.1	OBJETIVO GERAL	9
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	9
3	DISCURSO DA MÍDIA	10
3.1	SURGIMENTO DO JORNALISMO POLÍTICO NO BRASIL	11
3.2	JORNALISMO POLÍTICO BRASILEIRO	12
4	ALGUMAS NOÇÕES DE ÉTICA	15
4.1	ÉTICA NO JORNALISMO	15
5	DISCURSO POLÍTICO NA IMPRENSA	17
5.1	DISCURSO POLÍTICO	19
5.2	CULTURA E DEMOCRÁCIA SEGUNDO MARILENA CHAÚÍ (2008)	28
5.3	IRONIA E HETEROGENEIDADE DISCURSIVA	31
6	MÉTODOS	33
7	ANÁLISE DE MÍDIA	35
7.1	ANÁLISE DO DISCURSO POLÍTICO DA GLOBO	37
7.2	ANÁLISE DO DISCURSO POLÍTICO DA BRASIL 247	71
7.3	ANÁLISE DO DISCURSO POLÍTICO DO LE MONDE DIPLOMATIQUE-BRASIL	86
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
8.1	SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS	94
	REFERÊNCIAS	95
	ANEXOS	99

1 INTRODUÇÃO

O intuito deste estudo de caso é entender qual o discurso que a mídia nacional e internacional constroem sobre a política da presidência da Câmara dos Deputados. Entretanto é importante dizer que o jornalismo político é visível a grande parte da sociedade se tornando influência no sistema político do Brasil.

Os critérios de noticiabilidade são essenciais para analisar, entre outros, a ideologia de cada veículo de comunicação. No entanto quando o assunto é jornalismo político, há uma série de fatores envolvidos, a mídia define como interesse público aquilo que é novo, tem seu valor-notícia e neste tipo de cobertura é classificado como tudo é oculto à população. Foi analisado como o Globo e Brasil 247 constroem o discurso do Presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha e qual a opinião política do Le Monde Diplomatique-Brasil sobre uma visão mais aprofundada da cultura e o discurso político brasileiro.

O discurso político já existia desde o século XVII, mas somente no séc XIX começou a ser fortemente usado. Segundo Foucault (1971), o discurso tem várias vertentes, por isso há aquela vertente que é praticamente impossível de ser analisada. No texto pode haver omissão da verdade, ocultamento, mas o esconderijo da informação secreta pode vir por meio de uma afirmação contraditória.

No ambiente democrático atual há divergências diversas; em um sistema político como no Brasil. No período de Ditadura Militar quando imperava um sistema ideológico neoliberal, não havia liberdade de expressão e nem diálogo para propor mudanças ao país. O atual governo da Presidente Dilma é democrático e atende as classes consideradas como minorias que precisam de apoio financeiro e social para sobreviver.

Quando falamos em democracia, falamos em cultura. Na sociedade brasileira quando os direitos da classe média não são representados, há reações contrárias a determinadas decisões políticas. Esse tipo de reação ocorreu quando a presidente da República, Dilma Vana Rousseff, no dia 17 de julho de 2015 pediu a investigação contra o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, sobre acusação de receber propina.

Lideranças políticas no Congresso, aliados de Cunha, passaram a ser contrários ao governo da presidente Dilma e arquitetaram o plano de desenvolver a

aceitação dos processos de *impeachment* e definirem o rito do processo para acelerar a votação do parecer do impedimento.

Esses acontecimentos encadearam a indignação dos movimentos sociais pró-Dilma quanto a Eduardo Cunha. Os movimentos mobilizaram manifestações em todo o país para pressionar o presidente da Câmara a renunciar ao seu posto no alto escalão do governo.

A partir destes fatos é importante analisar os discursos políticos e a repercussão que suas vertentes geraram ao longo de determinados períodos. Foram abordados os tipos de interpretações das matérias dos veículos de comunicação e a diferença do discurso político da mídia sobre o que foi dito, analisar a dispersão temporal entre enunciados e fatos polêmicos da política na Câmara dos Deputados.

A importância dessas matérias analisadas para a comunicação e o jornalismo político se deve ao modo como os veículos manipulam e distorcem o sentido dos fatos e dos acontecimentos. Falar de manipulação é relevante para compreender como a mídia usa a ironia e heterogeneidade discursiva para induzir o leitor a acreditar naquilo que é apresentado para ler.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Como os veículos G1 e Brasil 247 constroem o discurso do Presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha em relação a ironia e heterogeneidade discursiva e qual a opinião política da mídia especializada como o Le Monde Diplomatique/Brasil no período de julho de 2015 até dezembro de 2015.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para identificar a construção do discurso da mídia é relevante fazer uma análise do discurso político feito pela Globo, Brasil 247 e Le Monde Diplomatique/Brasil a partir de embasamento teórico adquirido pelos autores que estudam discurso político e discurso da mídia.

Quanto à ironia e heterogeneidade discursiva, o trabalho coletou matérias do G1 e Brasil 247 que abordem as falas de Eduardo Cunha mais polêmicas, e artigos do Le Monde Diplomatique para analisar qual a posição ideológica de cada veículo.

3 DISCURSO DA MÍDIA

Segundo Mouailand (1994, apud, CHARAUDEAU, 2006), os discursos da mídia não podem ter apenas uma explicação, esses discursos implicam sempre o caráter da justificativa dos fatos, porque cada informação compreende mais interpretações diferentes por meio da dúvida e da busca por maior informação.

Em relação aos discursos demonstrativos, didático e propagandista correspondem de alguma maneira a característica informativa do discurso da mídia. No que lhes competem, o discurso informativo está associado ao sujeito que tem a função de seduzir, persuadir, demonstrar ou explicar pontos de vista, sendo que todas estas características são exclusivas do midiólogo que sabe de algo que as outras pessoas não têm conhecimento.

O discurso informativo não mexe somente com o imaginário do saber, mas com o imaginário do poder na medida em que o poder de informar lhe concedem.

Informar é possuir um saber que o outro ignora ("saber"), ter a aptidão que permite transmiti-lo a esse outro ("poder dizer"), ser legitimando nessa atividade de transmissão ("poder de dizer"). (CHARAUDEAU, 2006, p.63)

Contextualizando o discurso informativo por meio da opinião pública, em Habermas (1997), se pegarmos dois conceitos culturais da velha Europa, razão prática e prática social, o último mencionado tem uma ligação com o conceito de razão para o *médium linguístico*, basta desprender do elemento moral, que logo poderá ser inserido nas teorias de facticidade e validade. Sua base está em reconstruir a competência e a consciência disponibilizando conhecimento para o indivíduo.

A razão comunicativa torna possível ao *médium linguístico* as interações e formas de estruturas de vida. A mídia tem que tomar partido do lado político tendo em vista que seus espectadores têm interesses no que lhes submetem, mas é reduzida a aceitar essas limitações que o próprio leitor impõe para entrar em consenso e ter melhor interação entre grupos ou públicos específicos para cada tipo de mídia. (HABERMAS, 1997)

A validade está presente no processo de informação em que se estruturam formas de vida. A racionalidade comunicativa manifesta um ponto de vista, mas não tem o poder para manipularem de maneira a agirem como o *médium* deseja.

De acordo com Charaudeau (2006), opinião pública é definida como um elemento quase homogêneo no processo da notícia, pois resulta do entrecruzamento de conhecimentos e ideologias de um lado, opiniões e apreciações de outro. Muitas vezes casos de corrupção e problemas de sociedade são tratados de forma irresponsável, porque as mídias usam hipóteses de argumentos imaginários relativos em relação a generosidade, justiça e honestidade.

Para entender como o processo de opinião pública se constrói, é necessário entender a instância de produção e a instância de recepção. A primeira desempenha um duplo papel de testemunha do mundo e de interpelador de um público-cidadão, e a segunda, um papel reativo de espelho deformante, pois o discurso que circula entre os dois depende de imaginários sociais. (CHARAUDEAU, 2010)

A relação que se instaura entre essas duas é, pois, sem troca: a informação é dada a consumir como num museu, onde estão expostos, segundo diversas estratégias, objetos (materiais, eventuais, informacionais) que têm uma significação mais ou menos simbólica, ao olhar de um público cujo interesse é preciso despertar e cujo prazer é preciso suscitar, com fins de educação (cultural ou cívica); o público, por seu turno, recebe e reinterpreta à sua maneira os objetos de informação oferecidos aos seus olhos, sem poder interpelar a instância que os representa. Por mais que as mídias recorram técnicas ditas interativas, não há diálogo e troca, somente o seu simulacro. (CHARAUDEAU, 2006, p.124)

As mídias têm papel fundamental no processo de interpretação dos fatos e interação com público. Mostraremos nos próximos capítulos o surgimento do jornalismo político no Brasil e como o mesmo é produzido.

3.1 SURGIMENTO DO JORNALISMO POLÍTICO NO BRASIL

O Surgimento do Jornalismo Político Brasileiro é destacado a partir do século XIX. O fator que influenciou a produção deste tipo de jornalismo foi a chegada da família real no Brasil. Nesse momento nenhum jornalista brasileiro que habitava no país tinha especialidade nessa área, contudo o fundador do *Correio Braziliense* inaugurado em 1808, Hipólito da Costa, que havia estudado em outros países e vivera com outras culturas, passou a introduzir este tipo de matéria em Londres, mas com veiculação no Brasil a partir da chegada da família real. (SEABRA, 2006)

Após a instalação da família real no Brasil, o rei D. João VI se incomodava muito com as duras críticas ao seu reinado feitas pelo jornal *Correio Braziliense*. Nesse contexto o rei de Portugal criou um veículo nomeado “A Gazeta do Rio de

Janeiro” com a finalidade de responder às críticas do veículo de Hipólito. (SEABRA, 2006)

O jornalismo político no Brasil sofria duras repressões e censuras no período da *imprensa áulica*¹, em que donos de jornais eram agredidos e em alguns momentos até presos por manifestarem reprovações ao reinado do rei D. João VI, o que também continuou com o reinado de D. Pedro I já imperador do Brasil. (SEABRA, 2006)

Anos mais tarde, D. Pedro I abdica do poder de imperador e se destina para Portugal em 7 de abril de 1831. Com a saída do então imperador, começa o período regencial a partir do mesmo ano, e esse foi o fator chave para a imprensa firmar o papel de porta voz da opinião pública do jornalismo político. (SEABRA, 2006)

3.2 JORNALISMO POLÍTICO BRASILEIRO

Constatado que o jornalismo político brasileiro é visto com muita polaridade, é justo o jornalista se prender muito aos fatos, às votações e repercussões. Mas tal feito é explicado porque o jornalista pondera no texto da reportagem, e a razão que não transmite para os receptores algo muito polêmico, se dá à necessidade de manter as suas fontes. O jornalismo político não debate, apenas informa. (BARRETO, 2006)

No entanto as pautas sobre a atual política no centro do poder, não param de surgir em momentos de crise no governo, e jornalistas de qualquer veículo podem entrar em sessões de debate do congresso e acontecimentos importantes para transmitir à população. Mas no exercício de perceber e levar as informações aos espectadores há de se tomar muito cuidado para não confundir o que foi passado durante o evento e prestar atenção nos momentos mais polêmicos. (ARAÚJO, 2012)

O jornalismo político é sempre rotativo, ou seja, sempre acontece algo para o jornalista cobrir, há sempre crises de governo e escândalos de corrupção. Portanto, deve-se levar a informação com cuidado ao público, porque uma interpretação errada desencadeia momentos de discussões.

Sousa (2006) explica que, em uma investigação jornalística sobre uma denúncia ou escândalo político, nem sempre é possível prever as reações dos envolvidos no fato. O jornalista deve conseguir o maior número de pessoas

¹ Imprensa áulica eram os jornais ligados ao poder no período imperial do Brasil.

interessadas em falar sobre o que aconteceu, mas sempre com precaução quanto ao que o político irá lhe informar.

O autor reflete a ideia de que o jornalista político deve ter cautela em entrevistas, pois nesse processo há sempre interesses políticos que visam troca de cargos maiores e é nessa hora que o *setorista*² tem que discernir e perguntar a razão do político querer passar a informação sem resistência.

Os critérios de noticiabilidade são ordens seguidas até o final na apuração da informação. Para isso são analisados a consistência com a realidade, a polêmica e a curiosidade, a partir desse segmento o jornalista discerne qual o fato mais importante a ser destacado. É claro que a hierarquização é pessoal de acordo com a cultura profissional de cada jornalista. Nesse contexto os critérios da notícia são fundamentados no tratamento de cada informação seguindo os seguintes elementos: o editorial, o valor-notícia e a seleção dos principais acontecimentos. (SILVA, 2004).

Para Lage (1982), a seleção de informações é necessária para que haja o envolvimento, o interesse público sobre o que há de maior importância. O valor notícia busca a raridade do acontecimento que desperta o público. O autor separa em dois campos a probabilidade que define tudo aquilo que é possível de acontecer mas com baixo teor de importância; e a improbabilidade que evoca a atenção do espectador por se tratar de um fato imediato.

Segundo Martins(2006), a recepção do público em relação ao discurso do jornalismo está atrelado ao interesse público e à transparência política. No jornalismo político, o aspecto mais apurado diz respeito à vida pública, como o dinheiro do cidadão é gasto e se há coerência nos valores doados para publicidade do político. Nesse âmbito o jornalismo está ligado ao valor-notícia do acontecimento inédito, ou seja, todo assunto que traz a novidade para as pessoas, o que ainda não foi descoberto ou que era invisível para o público.

A opinião pública no jornalismo político está relacionada com a necessidade de saber da vida pública do indivíduo público e como os impostos do cidadão são investidos para benfeitorias ou desvio de dinheiro, por exemplo.

² Setorista é o jornalista que cobre especificamente um local gerador de acontecimentos jornalísticos (sedes de governo, legislativos, delegacias centrais etc.)

Fonte: http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_producao_s.htm

Partindo do ponto de vista da crítica ao discurso noticioso, o papel dela é criticar o posicionamento do jornalismo a partir desses três elementos do discurso, a semântica, a retórica e a estilística. Entre eles o aprofundamento do modelo mental analisa a expressão da palavra e o nível da coerência global observando o discurso por partes de enunciados que destacam a informação mais importante em determinado momento. (VAN DIJK, 1988, VAN DIJK 1985, VAN DIJK, 1997 apud CORREIA, 2009)

A crítica aos textos jornalísticos é um aprofundamento no consentimento da estrutura global dos enunciados, pois refletem na seleção de notícias e critérios empregados pelo autor do texto, e suas disposições são fruto da observação da estrutura da criação verbal dos textos.

Segundo Wolton (2005, apud Luiz Martins, 2006) há espaços distintos na vida pública. São classificados por ele espaço comum aquilo que está acontecendo no Congresso Nacional, espaço público onde a mídia é uma espécie de juiz que intimida o político a ser cuidadoso com suas palavras que podem salva-lo ou condená-lo, e espaço político é toda decisão em contexto inserido de uma realidade da sociedade.

Ao abordar a respeito do valor notícia, a ética no jornalismo político é tratada como duvidosa em algumas ocasiões. A seguir, veremos a relação de fonte e jornalista, e como é feito o filtro de informações nesse processo.

4 ALGUMAS NOÇÕES DE ÉTICA

A ética é entendida como a ciência que estuda o comportamento humano quanto aos costumes e as ações humanas, e a partir disso é feita uma reflexão para definir o correto e o errado. O conceito surgiu no período áurico do pensamento grego por volta de 300 e 500 a.C, e os pensadores que deram origem à ciência ética foram Sócrates, Platão, e Aristóteles. (VALLS, 2013)

Já a ética no jornalismo, segundo Cornu (1998), passou a ser estudada nas práticas da imprensa na Europa Ocidental por volta de 1631 e foram discutidas a repressão à liberdade de imprensa e os ataques a redações de jornais que são definidos em compensação, ética normativa e princípios da boa prática jornalística.

A discussão da ética normativa voltada para o jornalismo toma forma na segunda metade do século XIX, quando a profissão entra em processo de evolução. A deontologia é percebida na França de 1881 durante debate da Câmara deste país. No mesmo ano, a prática de uma imprensa cada vez menos artesanal e mais industrial é discutida nos Estados Unidos e no Reino Unido. (CORNU, 1988)

4.1 ÉTICA NO JORNALISMO

A ética no jornalismo nacional passa a ser questionada na década de 1990, mas o *código de ética*³ surge em 1985 diante o período final da ditadura militar. À medida que o jornalismo evolui, é preciso criar regras que estabeleçam o papel da mídia em cada situação. A partir dessa preocupação, a sociedade começa a questionar a existência de uma ética jornalística, ou seja, até onde é interesse público e até onde é manipulação.

Ética no jornalismo político trata-se de uma conduta refém da relação de jornalista e fonte. A fonte tem seus interesses, e o jornalista pretende apurar as informações, mas algumas vezes o jornalista e o editor do jornal são capazes de ultrapassar os limites entre a moral se desvirtuando dela, por exemplo, sem apurar denúncias a fundo que às vezes podem ser jogo político de outro partido, e muitas vezes o veículo pode ser processado por difamação, porque chamaram de pré-acusados, políticos envolvidos nas denúncias. (CHRISTOFOLLETI, 2008)

³ http://www.fenaj.web2015.uni5.net/?page_id=6844

Conforme Christofolleti (2006), a relação entre o repórter e o seu informante não deve ir além da relação profissional, se o jornalista estiver envolvido demais a ponto de prejudicar-se mais tarde então torna a relação pessoal.

Em Raquel Paiva (2002, et al Geraldo Melo), o governo é a principal fonte da notícia tendo em vista a troca de interesses mídia e política, e os políticos precisam da imprensa para que tenham autoridade sobre os cargos a que foram eleitos. Algumas vezes os governantes resistem a pautas de jornalistas, e estes precisam estar preparados para contornar a situação e não cair a matéria.

Segundo Geraldo Melo (2002 et al Raquel Paiva), em vários momentos da história do jornalismo a imprensa tinha alianças com partidos políticos para se manter por verbas publicitárias e maiores patrocínios que preservassem a manutenção financeira dos veículos. Com o passar do tempo essa aliança é mudada para manter a credibilidade e confiança do interesse público. Ainda hoje há a discussão de regulação da mídia para evitar que irresponsabilidades possam acontecer por falta de apuração de uma informação.

Para entender melhor a ética do jornalismo político o próximo capítulo aborda o discurso político na imprensa, o surgimento, a linguística textual e a ideologia imposta por meio da persuasão.

5 DISCURSO POLÍTICO NA IMPRENSA

A sociedade de massa passou a ter maior força durante o período das guerras mundiais. Na década de 20 e 30 surge a teoria Hipodérmica relacionada ao *mass media*, segundo a qual os veículos manipulam as informações para persuadir os seus leitores. As consequências geram alienação das pessoas por acreditar em notícias como verdades absolutas.

Como teoria base do trabalho, a nossa escolha foi a persuasão. Segundo De Fleur (1993), a teoria da persuasão estuda o emprego da mídia ao convencer pessoas a terem atitudes cognitivas, a serem convencidas pelos argumentos da mídia sobre formas específicas ou determinado assunto. A provocação é uma das características mais eficazes da persuasão, pois incita o público a praticar ações de maneira a convencer que algo ou alguém fará bem para a sociedade.

Dentre os tipos de comportamento que a mídia utiliza para persuadir as pessoas, temos dois tipos: o processo de comparabilidade através do consumo de explicações competitivas que se repetem e são definidas por conjuntos de variáveis independentes e reduzidas a informações descritas pela mídia de maneira reprodutora. Um segundo motivo é vinculado ao comportamento ostensivo para que ocorra a persuasão bem sucedida através de estímulos significativos ou apelos ao bom ou ruim, por exemplo, as campanhas políticas, solicitação financeira, campanhas de saúde pública. (DE FLEUR, 1993)

A mídia utiliza o modelo da estratégia *psicodinâmica* para influenciar fatores cognitivos e comportamentais adquiridos pela motivação, que é exercida pelo medo e o impulso. Dessa forma a atitude é o pontapé inicial para manipular a ação do indivíduo. A estratégia de persuasão como aprendizagem possibilita às comunicações de massa mudar o comportamento do público.

Em outras palavras a estratégia psicodinâmica se resume em mensagem persuasiva da mídia, altera ou aciona o fato cognitivo, e o fator cognitivo alterado desencadeia ou modela o comportamento ostensivo. (DE FLEUR, 1993)

Fiorin (1988) ao analisar a linguagem da comunicação, reforça que a mídia é manipuladora nas relações entre emissor e receptor. A mídia distorce a informação para fazer seu espectador entender do mesmo modo como pensa. A comunicação não informa, ela convence.

A *teoria iluminista do Esclarecimento*⁴ é a resposta para o interesse público do noticiário político. Os critérios utilizados para divulgar notícia são o *direito de saber* (*publics right to know*), *necessidade de saber* (*publics need to know*) e o *desejo de saber* (*publics want to know*). (MARTINS, 2006)

Partindo para o campo do manifesto, há a ilusão de uma fala que aparentemente é inédita, mas que já foi mencionada por outro discurso, ficando assim segundo uma evidência de uma fala inexistente.

Só se pode estabelecer um sistema linguístico (se não o construirmos artificialmente) utilizando um *corpus* de enunciados ou uma coleção de fatos de discurso; mas trata-se, então, de definir, a partir deste conjunto que tem valor de amostra, regras que permitam construir eventualmente outros enunciados diferentes daqueles. (MICHEL FOUCAULT, 2008, p.30)

Foucault (1971) aponta quatro justificativas no campo da análise. O primeiro motivo se aplica pela origem histórica, remetendo ao dito que nunca foi dito. O segundo motivo é dado pela dispersão temporal dos acontecimentos. O terceiro ponto apresentado pelo autor diz respeito à internalização do discurso originado de outro que se torna invisível. A quarta colocação de Foucault aborda a descrição do discurso e conforme o seu efeito traz consequências para quem o faz.

Para Charaudeau (2006), o discurso político compreende uma série de fatores nos quais se classificam em instâncias, ação política, persuasão da fala para com o público. Para tanto a mídia é quem mais faz parte nesse processo; O que fundamenta essa transição é chamado de *instância midiática*, que é vista quando encontra o meio termo entre credibilidade e confiabilidade com políticos. Na seleção de informações a manipulação é consequência da comercialização de notícia. O indivíduo é seduzido a crer na interpretação do discurso midiático enquanto que, muitas vezes, o político foi ou não penalizado pela repercussão da notícia.

Partindo para o campo do discurso das mídias, é fundamentado por alguns fatores sociais que se destacam no momento do acontecimento e da expectativa da notícia. Na instância midiática há critérios internos para relatar os *furos*⁵ a partir de informações já disponíveis ao público. No entanto, no jornalismo político a teoria do

⁴ A **teoria iluminista do esclarecimento** está fundada em Kant, e explica que o homem deve ter os conhecimentos do mundo sensível para perceber os objetos e o entendimento para ter capacidade de interpretar a origem dos objetos.

⁵ **Furo** é a informação importante e correta que apenas um veículo de comunicação divulga. No jargão jornalístico usam-se as expressões: dar um furo, furar e, no sentido inverso, levar/tomar um furo, ser furado.

*agenda-setting*⁶ é a mais conhecida nesse ramo. Nem sempre que o veículo de comunicação tem as apurações completas, elas podem ser passadas ao público. (CHARAUDEAU, 2006)

Os jornalistas sabem que podem sofrer pressões e tentativas de manipulação por parte do poder político, e o poder político sabe que os jornalistas sabem disso. Instaura-se assim uma relação mais sutil do que se poderia imaginar entre essas instâncias, relação marcada pela desconfiança do poder político para com as mídias, e pelo distanciamento das mídias para com o poder político. (CHARAUDEAU, 2010, p. 139)

Esse distanciamento parte de vários elementos que são abordados no próximo subtítulo, desdobrando um pouco mais do discurso político e mostrando as façanhas que existem por trás de todo discurso, a estrutura do percurso gerativo de sentido da ordem discursiva quanto a linguística, ideologia e comunicação na intertextualidade de um discurso.

5.1 DISCURSO POLÍTICO

O discurso político é marcado pelo poder exercido da autoridade, em que as intimidações e tentações são usadas na ordem no discurso ao mesmo tempo. Há sempre a estrutura *querer-ser* e um *saber-fazer*, a necessidade de satisfazer as vontades das pessoas com o convencimento de que fará algo.

Segundo Fiorin (2005), na narrativa do discurso essa estrutura é reforçada na relação entre enunciado de estado em que preserva o caráter *querer-ser* e o enunciado de fazer respectivamente ao exercício de *saber-fazer*. Dentro do percurso narrativo, existem quatro características que manipulam a massa: *Tentação*; *Intimidação*; *Sedução*; *Provocação*.

Já Chareaudeau (2003, apud SALOMÃO, 2006) reforça que no ato da linguagem há quatro tipos de discurso dentro da linha de pensamento *saber-fazer*. Classifica como *factivo* a manipulação como finalidade do sujeito falante; O *informativo* especifica o trazer da informação para o outro; *Persuasivo* é fazer crer o espectador naquilo que a mídia tem interesse, embora muitas vezes possa destorcer a realidade; *Sedutor* é quando fabrica informação a fins de satisfazer o público com informações que queiram saber.

⁶ Agenda-setting é uma das teorias do jornalismo que explica como o público tende a dar mais importância aos assuntos que tem maior exposição nos meios de comunicação, sugerindo assim que é a mídia quem diz sobre o que iremos falar.

Orlandi (2001) separa o discurso da comunicação do discurso linguístico, ambos andam juntos, mas não são iguais, há distinções, no processo da comunicação há todo um lado histórico e conceitual para construção do discurso. No discurso pela linguagem, o objetivo nem sempre é comunicar, mas há divergências quanto à comunicação, pois o sujeito da linguagem tem reações que variam na execução dos sentidos linguísticos da informação. Em suma, a análise do discurso é baseada em três fases, são elas, a sintaxe e enunciado, a ideologia, e o discurso. No entanto, a análise não é somente a interpretação, mas trabalha com a significação, com os mecanismos que existem para fazer o que se pretende compreender através de um estudo específico.

A estrutura da linguagem do discurso político exige uma mudança constante com assuntos e respostas rápidas e concentradas à medida que o político é encurralado a dizer coisas que comprometem a sua imagem.

Há vários tipos de enunciados diferentes. Há aquele discurso que é aparente algo novo, mas que em sua essência fora trago por uma dispersão temporal. O autor entra no campo da linguística e para aprofundar a análise ele aplica mais dois aspectos, são eles a invisibilidade da fala e a descrição do discurso, por conseguinte o efeito de quem o faz. (FOUCAULT, 1971, p. 52)

Fiorin (1988) coloca dois discursos à disposição do mundo da política, descreve como discurso polêmico aquele que tem o objetivo de lutar pelas classes sociais, mas ao mesmo tempo tem outra finalidade por detrás do enunciante, destruir para construir. Quando o discurso é a preservação dos preceitos e conceitos da sociedade pode-se chamar discurso contratual.

Para Fiorin (2005) no discurso há sempre por trás a manipulação, e na comunicação o objetivo final não é passar informação, mas persuadir os espectadores para que aceitem aquilo que lhes é transmitido. As relações de enunciador e enunciatário são troca de valores estabelecidos pela argumentação da mídia, é um processo linguístico que visa argumentação dos fatos, e mesmo não argumentativo constitui a manipulação pois compreende a persuasão.

No entanto em Fiorin (1988), o discurso político e o discurso religioso, eram uma estratégia muito comum utilizada no regime militar de 1964, operavam em totalidade, com euforia, e havia um equilíbrio do que se falava para a quem se falava, ou seja, havia certo tipo de controle que podia muitas vezes ser mais conhecida como manipulação.

Como explica Mikhail Bakhtin (1997), por trás de todo texto, encontra-se o que realmente quer mostrar para o leitor, e tudo quanto pode existir fora do texto é reproduzido e adaptado àquilo que se quer passar. Há bipolaridade no texto, suas reflexões sobre a interpretação do coletivo é convencional e, portanto, seguem uma língua, mas se no interior do texto não houver originalidade logo é reproduzível.

Já para Charaudeau (2006), a mídia manipuladora é o reflexo de uma sociedade informada, a população quer ouvir ou ver somente o que lhe agrada, mas não se pode culpar a imprensa como única agente de manipulação nesse processo, é preciso mostrar que o espectador da notícia é o corresponsável pelo sensacionalismo, o espetáculo na notícia. A mídia tem o poder de convencer as pessoas sobre acontecimentos que discorrem a apelação da sociedade. Há um processo de informação que pode ser chamado de roteiro *dramatizante*, que a mídia classifica em três fases: apresentação de uma desordem social, apelação ao fato, e por último uma solução.

Esse método parte do pressuposto de tratar diversos tipos de acontecimentos como, por exemplo, uma investigação policial sobre um caso de corrupção que envolve políticos. Na transformação de ideias para a interpretação dos leitores, o midiólogo esclarece os acontecimentos muitas vezes tentando deixar suas convicções, ideologias e princípios.

Segundo Eco (1992, apud DEBRAY, 1995), toda estratégia está subordinada a uma estratégia de apropriação: trata-se de uma operação política e, por conseguinte de uma exclusão.

No *pensamento hermético* dos textos, a interpretação é subjugada como suspeitosa, porque ao analisar os fatos e hipotetizar situações que podem ou não ser verdades, migram para arquétipos que ilustram opiniões de testemunhas baseadas apenas no que foi dito e não daquilo que é documentado. Na mídia tradicional, a *semiótica hermética*⁷ é uma forma de burlar a verdade e satisfazer os interesses da empresa. E no que diz respeito à aceitação dos espectadores, acreditam que o fato apresentado é totalmente coerente com a realidade. (ECO, 1990)

⁷ Semiótica hermética tem origem na interpretação esotérica de “Hermes Trismegisto”, o deus da mitologia grega que era o pai das artes. O termo significa a capacidade de interpretar situações por meio de uma intuição mística.

Se o comunicador intérprete do leitor falar “A” e o leitor entender “B”, o papel do intérprete não fará mais sentido no campo da significação. Nos textos noticiosos existem dois elementos que precisam ser percebidos e diferenciados: processos de comunicações e o sistema de signos. Assim como um sistema de signos sobrevive sem o processo de comunicação, ambos sobrevivem separados. Mas há problemas quando esses elementos não estão juntos, o signo sem seguidor se torna uma linguagem sem coletivo e no processo de comunicação os leitores ficam impossibilitados de buscar uma referência e também de interagirem. (ECO, 1990)

A interpretação é a junção de dois campos, a semiose e a semiótica que, pela profundidade delas, são infinitas, há opiniões diferentes sobre um assunto, é um processo infinito, nunca é concluído.

O receptor pode, apesar de tudo, suspeitar que o emissor esteja mentindo;
O receptor não conhece o código; O receptor compreende a mensagem e decide ignorá-la. (Eco, 1990, p.189)

Com o surgimento da *web 2.0* atualmente esse conceito mudou, porque a troca e a cooperação entre indivíduos são facilitadas e, por conseguinte, gera novas possibilidades de construção social do conhecimento, do compartilhar o saber mediante estruturas abertas e horizontais, que promovem a intercriatividade e a inteligência coletiva para benefício da comunidade. (LACALLE, 2010)

O texto escrito é caracterizado pela manifestação material do sentido do discurso, o comunicador tem a responsabilidade sobre a informação e modifica a abordagem à medida que os acontecimentos se desdobram no gênero do discurso. Há enunciados independentes do ambiente, circulam em qualquer lugar, tem públicos inumeráveis e por essa razão não podem controlar a recepção de seus leitores. (MAINGUENAU, 2004)

Mas todo processo de comunicação se instala, a organização das ideias, a interpretação de um fato, e a necessidade de espalhar um gênero do discurso para quem recebe a notícia, nesse ambiente é fundamental a presença do *mídium*. Sem a presença deste intérprete, não há como modelar o gênero discursivo, deixando-o sem um condicionamento textual.

No ato discursivo podem ocorrer meras imitações e citações em relação a outros enunciados, o discurso é algo que contempla a heterogeneidade, mas também o polêmico, o conflituoso, a discórdia de uma percepção e de uma opinião.

Fiorin (2000) parte de um pressuposto que um discurso na arena do conflito é sempre um discurso de um discurso, remete um ao outro fazendo parte da ideia inicial para realizar outro discurso no objetivo de polemizar ou de reforçar uma opinião. No palco, o discurso e texto representam o público em acordo. Essa relação define o discurso de conflito no Brasil, e ele é separado em duas categorias, em contratual e ideológico religioso, ou seja, parte da ideia de que o brasileiro precisa se contentar com a situação no país para adquirir justiça e lutar pelos seus direitos.

Conforme Bakhtin (1997), todo texto corresponde a uma repetição de outro, tudo é reproduzível. Mas acrescenta ainda que cada um possui sua particularidade, e isso é considerado individual e irreproduzível. E através desse sentido é encontrada a verdade da história, a euforia. A repetição exclui o âmbito linguístico e filológico, ou seja, tem referência aos outros textos sem tirar a construção do enunciado criado por quem escreve, pois se o fizer, foge dos padrões irreproduzíveis do texto. A problemática do sentido está na ausência da originalidade e pode fugir da dialética e provocar interpretações divergentes do leitor.

Para Foucault(1971), o discurso é uma estratégia de manipulação e de poder. Estão infiltrados nas interdições e rejeições das pessoas, no entanto, o discurso verdadeiro e o falso são relativos, dependem da necessidade pessoal de cada cidadão acreditar naquilo que deseja. O discurso da verdade é dividido em três elementos, palavra proibida, segregação da loucura e a vontade da verdade, no entanto, os dois primeiros citados tornam-se frágeis à medida em que se desenrolam os fatos, e o terceiro elemento tem a escolha de modificá-los ou retomá-los.

Dada a estratégia de discurso, Foucault chega à conclusão que a ordem do discurso é o controle sobre informações restritas a um pequeno número de pessoas, dentro deste processo tem-se a sociedade do discurso, na qual há o auto controle sobre tudo que pode ou não ser dito ou escrito.

Já para Correia (2009), a ordem do discurso no jornalismo tem a ver com a absorção de conhecimento que cada ator social tem na sociedade, o midiólogo tem regras a serem seguidas e uma série de outros fatores também implica na reportagem e fazem de uma notícia o reflexo de opiniões e ideologias do autor do texto divulgado. O que faz o texto ser alterado e tendenciado por esses elementos são as opiniões conservadoras e fatores sociais cognitivos que infligem nas ações de cada jornalista no discurso retórico do jornalismo.

Segundo Calderón (2010, et al Ivone Ferreira), a manifestação do discurso retórico no texto jornalístico é dada por procedimentos oratórios com absoluta interpretação, mesmo se não atingir o objetivo de sua função, que é o da persuasão.

O discurso retórico pode ser usado sem ornamentos ou frases mal elaboradas, que ainda será persuasivo. Mas se assim não for suficiente para convencer o público, então o enunciante acrescenta os princípios da argumentação pra torná-lo insubstituível.

Segundo Bakhtin(1997), os problemas das funções do texto e dos gêneros do texto apresentam dois fatores determinantes que o tornam um enunciado: a intenção e a execução desse projeto. A partir da mediação desses dois fatores é refletida a compreensão do texto. O discurso é sempre individual quando isolado da ampla abrangência de fatos concretos. Na comunicação verbal, o enunciado não pode ser separado do sujeito falante em sintonia com a estrutura *discurso-fala*. No campo linguístico a metodologia da comunicação verbal acaba em intermináveis e indetermináveis confusões de sentidos, pois há a rejeição do principal elemento textual, o enunciado.

A estrutura do texto não está relacionada à divulgação de um material imparcial, segue as regras do veículo, ou seja, os interesses da empresa, e passa para seus leitores o pensamento e tendências às quais devem seguir para manter o público no mundo da alienação informacional. A percepção da escrita pode ser analisada através de sua comunicação verbal, a opinião do autor sempre aparece em algum momento do assunto escrito, mas por sua complexidade nem todos são classificados com estilo individuais, há exceções. (DISCINI, 2004)

Quanto ao enunciado, há uma crítica sobre os textos. O discurso é moldado pelas convicções e reflexões do sujeito falante, que muitas vezes podem ser variadas de acordo com a percepção que for seguida. Mesmo se for tratado com amplo conteúdo, o enunciado sempre é confrontado com as fronteiras que são delimitadas ao decorrer do pensamento do autor. (BAKHTIN, 1997)

O texto não é um processo de informação sem interesse do veículo. Quem passa informação, controla e pode distorcer o que é dito, e, portanto, há lado tendencioso em fazer as pessoas acreditarem em seus interesses. A interpretação do texto é relativa o que leitor pretende aceitar e o que tem a ver com seus princípios e conhecimentos.

De acordo com Discini (2004), no interior do discurso existem manifestações linguísticas que sobressaem aos enunciados, sendo o dialogismo do texto que contracena com a voz do outro. Os textos neutros escondem diálogos de discursos mais autoritários, partem de uma estratégia polifônica no interdiscurso para abafar versões ou narrações que geram conflitos, e a negatização do outro lado o torna um discurso de verdade único, absoluto, que é blindada de divergentes posições ideológicas.

A dispersão temporal é mais frequente na interdiscursividade, os atores sociais são provocados a acreditar nas versões de enunciados que escondem as próprias ilusões de signos, muitas vezes definidas como uma estratégia da polifonia e é tática de fugir de manifestações contrárias ou juízo de valores retrocados.

Conforma Maingueneau (1984, apud, Barros, 1999), a compreensão intertextual do discurso é contrária ao dialogismo neutralizado dos textos monofônicos, silenciar dupla interpretação e classificação de um argumento. Nessa proposta o texto é monofônico e não há diálogos contrários ao discurso, seu interdiscurso não é visado no enunciado que mostra a ideal do texto, mas mesmo assim é definido como intertexto.

Em Maingueneau (2004), a polifonia textual tem relação com o discurso direto em que o autor tem responsabilidade sobre o enunciado que escreve, cita referências de enunciado, expõe tendências ideais apresentadas como a verdade da história. No discurso direto é colocado a citação de alguém, mas não necessariamente o enunciador tem responsabilidade sobre o que o outro diz, há a presença de um enunciador e o co-enunciador.

De acordo com Barros (1999), dialogismo é característica principal do texto que esconde uma ideia em todo discurso. A polifonia é um tipo textual que deixa entrever muitas vozes e se opõe aos textos monofônicos a qual é ocultada a aparência de uma única voz.

Em Fiorin (1999), a polifonia textual e discursiva é classificada na intertextualidade do discurso, como papel principal na transição da monofonia para polifonia. A intertextualidade é marcada pela presença de duas vozes que são encobertas em um texto ou enunciado.

Quando se fala de manipulação logo teremos então um conceito bastante conhecido, mas não tanto reconhecido pelo nome; ideologia. Na visão de Fiorin (2000), o conceito de ideologia parte do nível fenomênico da realidade, constrói a

ideia dominante da classe dominante, a burguesia. O linguista defende como ideologia a justificativa e explicação da ordem social regendo as condições de vida do homem e a interatividade com os outros. Considerando então que toda informação é de interesse social e portanto está permeada a uma visão de mundo.

As classes são dominadas pelo discurso da classe dominante, o sujeito é manipulado a aceitar as boas maneiras pelo processo ideológico que o veículo de comunicação introduz para o público. A ordem social é vista como principal fator para a organização das ideias de reger a vida e as condições padrões para o povo.

Ideologia segundo Marilena Chauí(1980) é a transformação das ideias dominantes como atividade social. Para tornar comum essas ideias, são usados adventos bastantes astutos para promover uma alienação social de maneira que todos se sintam a classe dominante. Os meios de comunicação e o Estado são os responsáveis por propagar os seguintes ideais: a educação, a religião, os costumes e os meios de comunicação.

A mídia passa aquilo que tem interesse que a sociedade saiba, no entanto, tem o poder de alavancar várias opiniões. O ideal dominante é seguido porque é pregado pela mídia para desenvolver a ignorância cognoscente do indivíduo. Um veículo de comunicação é tão importante que passa a integrar parte da vida das pessoas.

Ideologia, segundo José Correia (2009), é formada por cinco objetivos diferentes, o primeiro não trata da vida cotidiana das pessoas e não é baseado em opiniões pessoais, o segundo não limita reprodução de ideias da classe dominante, terceiro forma o conjunto de conceitos e convicções do coletivo de maneira que cada um possua sua ideologia distinta dos outros, mas ambos partilham da mesma ideia em grupo social; no quarto ajudam os membros de vários grupos entrarem num consenso e definir o certo e o errado; na quinta geram várias opiniões, crenças diferentes de maneira a conflitarem seus interesses e por consequência também da sociedade.

A ideia dominante tem mais de uma vertente, suas elaborações são construídas pelos indivíduos e pensamentos que divergem entre si nos grupos sociais. Os conflitos e interesses individuais são resolvidos entre o discernimento do bem e do mal. Essas classificações definem como o individuo deve se comportar em uma sociedade.

Segundo Pecheux (1995), a ideologia não é conquistada por classes sociais, é manifesta pelos aparelhos ideológicos do Estado, todavia o Estado não é o único responsável por pregar a ideia dominante, as máquinas ideológicas fazem parte da estrutura reprodução/transformação, ou seja, reproduzem as relações de produção e pode interferir no processo de manutenção ideológica do Estado. A mídia tenta conduzir a sociedade para a unificação de classes como se houvesse apenas a classe dominante, mas é nessa tentativa que surge a luta de classes, que são contrárias a dominação ideológica do público espectador.

Nas múltiplas reproduções de ideologias para uma sociedade, a mídia, com ajuda do Estado, constrói o pensamento do receptor seja na interação e convívio mútuo com o espectador e é considerado reflexo da opinião pública da posição política de cada assinante.

Conforme Eagleton (1997), a ideologia pode ser definida por uma infinidade de significados, conceitos que partem da dominação da classe dominante, em que a ideia principal é o senso comum de uma vida social. A ideologia está relacionada a poder dominante, à política, interesses sociais, identidade, ilusões de necessidade e atores sociais que insistem em serem espectadores do veículo de comunicação que condiz com seus ideais. No entanto, no processo ideológico existem três problemas. No primeiro ponto, nem sempre as opiniões são equivalentes, se apenas um conjunto de pessoas seguir tal pensamento, logo não é dominante sobre a sociedade. Em segundo ponto, há o problema da ideologia como hipocrisia, em que o grupo social pode ter pensamentos ideológicos sem qualquer questionamento sobre a verdade ou conexão com a realidade. O terceiro ponto apresentado trata-se de controvérsias de grupos sociais com conhecimento e outros que são leigos e se negam, a saber, o que realmente condiz algum argumento ou ideologia.

As diversas concepções sobre ideologia dão luz ao processo de cultura na sociedade. Com o surgimento do iluminismo no século XVIII, o conceito de cultura passa a ser formada nos povos, nas sociedades em todo o mundo, através das artes, ciências, técnicas e ofícios. A partir do séc XIX, a cultura iluminista é imposta por intermédio da política e da ideologia. Para ser considerada cultura evoluída, uma sociedade precisava ter três elementos que, segundo o iluminismo de cultura, eram necessários em uma sociedade evoluída, são eles o Estado, o mercado e a escrita. (CHAUÍ, 2008)

5.2 CULTURA E DEMOCRACIA SEGUNDO MARILENA CHAÚÍ (2008)

No séc. XX, os pensadores marxistas configuram uma ideia de cultura como produção e criação da linguagem, os símbolos, a religião, a diversão e a arte. A partir dessa definição o conceito de cultura passou a ser empregado como as práticas e os valores que instituem o sentido da ordem dos acontecimentos (passado, presente, futuro). Os valores são a beleza, a dimensão das coisas, o permitido e o proibido pela lei, o sentido de morte e vida, e relações entre sagrado e profano.

Mas há um problema entre definições de cultura que se cria quando falamos em sociedade e comunidades. A sociedade é o conjunto de pessoas que por interesse econômico ou razão social se tornam sócios por meio da produção capitalista. Comunidades são indivíduos de um grupo na ideia de um bem comum, cada ser possui um objetivo de vida, destino de metas e seus próprios preceitos pessoais.

A sociedade é dividida em classes. Existe a cultura popular, caracterizada pela ignorância de educação, que precisa ser orientada pelo populismo de Estado que prega o apoio as classes trabalhadoras de baixa renda e prega a ideologia de esquerda. A cultura letrada já é uma classe mais instruída e melhor educada, mas tem tendência mais voltada para políticas ideológicas de direita.

A autora enfatiza que a cultura popular é iludida com a ideologia dominante através da indústria cultural e nesse processo são apresentados quatro problemas: 1) Separação dos bens culturais da classe popular e da classe letrada. 2) Tenta convencer a classe popular de que os mesmo bens que os letrados tem, eles também o podem obter. 3) Indústria cultural como influência em produtos personalizados para tipo de classe por renda financeira. 4) Lazer e entretenimento como prazer físico depois de uma rotina cansativa do cotidiano.

Mais para frente, Chauí (2008) entra no conceito de cultura de massa, afirmando que a massa se apropria do que é criado e assistido pela sociedade de maneira a consumir, tornando um simulacro em uma representação daquilo que é mostrando para sociedade e reproduzido na mesma.

A autora defende que a massificação atrapalha a democratização da cultura popular tornando-a refém das próprias ilusões que lhe são mostradas pelo Estado,

porque no Brasil o Estado sempre procurou criar a cultura oficial, ser o produtor de cultura.

Recorrendo à concepção filosófica que explica porque o Estado não deve ser produtor de cultura, podemos entender melhor como funciona o processo. A cultura institui símbolos e signos de valores que são introduzidos na sociedade por meio dos movimentos sociais e divisão social de classes. Por essa razão, se o Estado interferir nesse processo retira a origem dessas classes sociais.

A partir da década de 1990, o Estado percebeu que o modo como interferia na cultura atrapalhava o seu processo de construção, portanto adotou o padrão de consumo *mass media*, logo então passou a ser produto da cultura.

Foi conquistado o direito à participação das decisões de política cultural, isto é, o direito de intervir nos orçamentos públicos e nas diretrizes culturais. Por essa participação passa a ter cidadania cultural, onde as classes sociais podem manifestar-se e trabalharem o processo de cultura. Há mais liberdade para divergir uns entre os outros, trocar experiências, recusar formas de cultura, os sujeitos sociais passam a criar ou alimentar o processo cultural.

A atual sociedade é caracterizada pela democracia, um regime político diferente da neoliberal em que somente o Estado tinha o poder de propor mudanças ou realizar mudanças para chefes de Estado. O atual regime garante direitos e deveres iguais perante a lei. Uma democracia é caracterizada por dois formatos sociais: sócio-política que tem como base a *isonomia* (igualdade perante a lei) e a *isegoria* (direito de manifestar contra ou a favor do governo).

No entanto, a democracia deveria garantir direitos ao menos favorecidos, e criar leis para favorecer as minorias e amplificar os direitos existentes. Mas na sociedade democrática, ao se resolver um problema, surge outro. Nessa sociedade quando a política não representa os direitos da maioria, é desenvolvida uma margem de representação através de movimentos sociais que se manifestam contrários de forma a pressionar e reivindicar seus direitos. Por isso a autora classifica a sociedade brasileira como oligárquica, hierárquica, violenta e autoritária.

Chauí (2008) especifica que a sociedade democrática brasileira enquanto autoritária, assim é por se pregar a igualdade de direitos, mas na prática as pessoas transformam em desigualdades, separam as classes sociais em hierarquizações e reprimem os direitos e valores a partir do momento em que a violência torna-se a regra da vida social e cultural. As próprias leis imunizam os direitos da direita, e a

esquerda é oprimida por não estar representada na lei como processo de construção de uma sociedade. A ideologia de repressão e tortura de prisioneiros da época ditatorial foi transpassada para a classe trabalhadora em que a pobreza é o motivo para a violência. Consideram as classes menos favorecidas como violentas e criminosas.

A sociedade brasileira, no âmbito da agroindústria, cria a migração, e surgem o sem-terra, volantes, bóias-frias, diaristas sem contrato de trabalho e sem condições salubres de trabalho.

A classe média não tolera opiniões contrárias às suas e, neste contexto, leva às desigualdades e divisões sociais, porque há um conflito de interesses. A classe dominante não tem interesse de dialogar interesses e contradições. Os conflitos são motivo de crise, desgoverno, perigo e são oferecidas desmistificações para as classes populares e opositores, há regra da intolerância, da repressão policial e militar.

No Brasil é implantado um neoliberalismo diferente a partir de 1990, em que a polarização dos interesses majoritários está acima das classes desfavorecidas e, portanto, são excluídas da organização econômica do governo ou da sociedade. Mas existem políticas sociais que garantem direitos econômicos e sociais para essas classes e também são envolvidas na cultura, tornando, então, uma revolução democrática no Brasil.

Chauí cita Marx ao mencionar que, “as ideias da justiça são pertinentes a cada um segundo as necessidades e capacidades”, e faz uma crítica ao sistema econômico desigual, ou seja, faltam os valores que são igualdade, liberdade, autonomia racional, autonomia ética e autonomia cultural.

Na política, o socialismo não se define nas estatais, na imagem dos dirigentes de um País, mas se constrói no diálogo e na decisão coletiva. Uma sociedade democrática só funciona se houver política democrática implantada como socialista. Portanto é preciso criar uma nova política cultural para que se polarize a ideia de participação política da sociedade.

5.3 IRONIA E HETEROGENEIDADE DISCURSIVA

A ironia tem origem na maiêutica socrática no ano de IV a.C.⁸ Pessanha (1987) coloca que a dialética socrática força o interlocutor a exprimir as opiniões para que o pensador procure julgar a ignorância do outro por meio das afirmativas presentes no conhecimento do interlocutor. A ironia socrática tem o papel de eliminar as ideias que são consideradas impróprias e alienadas por conta da purificação da alma, exercendo assim uma função de catarse.

De acordo Brait (1996), a ironia é trabalhada em um sentido particular do discurso, e é usada para fazer referência às afirmações polêmicas ou não em diferentes abordagens como teor filosófico, psicanalítico, sociológico, retórico, literário, estilístico e ideológico. Essas abordagens usam a ironia em diversos contextos textuais em universos diferentes.

Cabe ao espectador, por meio da perspectiva retórica e enunciativa, decodificar as ideias passadas pela ironia durante o processo de informação de interlocutor e receptor:

A ironia é produzida, como estratégia significativa, no nível do discurso, devendo ser descrita e analisada da perspectiva da enunciação e, mais diretamente, do edifício retórico instaurado por uma enunciação. Isso significa que o discurso irônico joga essencialmente com a ambiguidade, convidando o receptor a, no mínimo, uma dupla descodificação, isto é, linguística e discursiva. Esse convite à participação ativa coloca o receptor na condição de co-produtor da significação, o que implica necessariamente sua instauração como interlocutor. (BRAIT, 1996, p.95)

Brait (1996) expõe que o percurso da perspectiva discursiva concede à ironia a universalidade de abordagens no campo da significação com palavras de duplo sentido e divergência do enunciado. E é dessa maneira que o discurso é colocado ou fica em evidência. Quanto aos discursos repetidos, são incrementadas as estratégias de repetição, citação explícita, alusão indireta, possibilidade de diferentes traduções de um mesmo texto, citação sem tradução, citação entre aspas sem referência precisa, paráfrase e pseudoparáfrase, paródia, trocadilho, estereótipo, clichê, provérbio, pastiche e mesmo plágio se oferecem como formas de exposição do já-dito.

Já Discini (2005), classifica que a ironia no texto propõe para a voz do sujeito, um acento único, que se alia ao efeito do robustecimento da autoridade hierárquica

⁸ www.infoescola.com/filosofia/maieutica/

e ao efeito de monofonia, sustentando, por sua vez, na linearidade das relações entre as vozes do enunciador e do narrador; aquele, o sujeito que delega; este, o sujeito delegado; ambos, em convergência.

A evidência de uma afirmação polêmica é fruto de uma estratégia intertextual do discurso político empregado na imprensa. Com a ausência desse elemento a manipulação ideológica só é feita pela heterogeneidade discursiva. Porque induz o sujeito receptor a crer no que ver, ler ou perceber.

Em Brait (1996), a heterogeneidade discursiva consiste em melhorar a função da ironia no texto, pois as formas de uso da estrutura já-dita exercem marcação de heterogeneidade. Nisso o discurso fica mais amplificado e sua manifestação se torna mais plausível na medida em que o interior discursivo intromete em outros discursos que acrescentam mais informações do sujeito para o enunciador.

De acordo com Discini (2005), a heterogeneidade discursiva compreende duas formas de sentido; são elas a heterogeneidade mostrada, que abrange o discurso direto, discurso indireto, aspas, glosas do enunciador; e heterogeneidade não mostrada, que deprime o texto com base nas figuras e argumentos negativos com ironia e estilização.

A heterogeneidade discursiva é a ilustração do convencimento manipulador na perspectiva interdisciplinar. Esse elemento intertexto completa a ironia e melhora o seu poder de persuasão com informações que interferem na vida do cidadão comum a partir do que é interpretado pelo discurso.

Esses argumentos expostos acima compreendem a forma de análise a ser feita no trabalho no sentido dos textos das matérias, a produção do sentido, o discurso repetido e a ironia presentes nas aspas marcadas e até mesmo interpretações feitas pelos enunciadores das matérias e artigos.

6 MÉTODOS

Para embasamento teórico foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica de Ida Regina (2005), que consiste em coleta documentos referenciais com semelhança ao tema estudado e faz uso de fichamento, anotações e argumentações sobre as teorias apresentadas.

Dada à complexidade do assunto abordado, no trabalho foi preciso usar o método de estudo de caso de Márcia Duarte (2005). Nesse método de trabalho é feito um levantamento dos acontecimentos sobre o mundo ou fenômeno particular e por meio disso são analisadas as informações, a partir da questão problema em que o trabalho visa descrever um resultado final explicando como o estudo de caso ajudou a compreender o objeto de análise, e a criar a indução que o problema provocou por intermédio de hipóteses formuladas.

O paradigma quantitativo/qualitativo abrange o trabalho no sentido da repercussão que houve nas seguintes etapas das matérias coletadas do mandato de Eduardo Cunha: 1) Eduardo Cunha quando “rompeu” com o governo; 2) Eduardo Cunha decisão sobre o impeachment da Presidente da República Dilma Rousseff; 3) Eduardo Cunha quando recebeu pedido de afastamento da Câmara dos Deputados.

Para analisar o discurso foi utilizado o método de Eduardo Manhães (2005), essa metodologia especifica a compreensão da mensagem por meio da noção do sentido da linguagem no interior da fala do discurso.

Já o método escolhido para análise de mídia é contextualizado na heterogeneidade discursiva e ironia na intertextualidade. Segundo Discini (2005), a heterogeneidade mostrada não marcada é a imitação deliberada de um texto por outro, é a intertextualidade. Contemplando a análise é visto o discurso falante que visa revelar a manipulação da mídia e o discurso citado pelo que a mídia marca como heterogeneidade discursiva. Quanto à estilização, está presente a repetição do discurso de um discurso a partir de um enunciado de base.

A estratégia de verificação a ser utilizada será o método semiótico porque irá ser analisado o discurso político das matérias do G1, Brasil 247, *Le Monde Diplomatique*. A partir da interpretação desses veículos é fundamental analisar qual o distanciamento político que cada veículo expõe e como a mídia constrói o discurso político do presidente da Câmara.

O método semiótico de Assis lasbeck (2005) compreende relativizar os conceitos de realidade e verdade podendo ser trabalhados por intermédio da análise do discurso, da narratividade e da intertextualidade. Esses elementos serão usados para ilustrar a análise de mídia a partir da ironia e da heterogeneidade discursiva.

Para fazer análise das matérias é fundamental separá-las no período de julho a dezembro de 2015, porque foi o momento de maior evidência da mídia sobre investigações da Lava Jato contra Eduardo Cunha, podendo haver contradições e mudanças de posições quanto a quem defendem na vida política. Sobre o impeachment é importante também mostrar como a mídia trata as informações por meio da construção do discurso.

A escolha dos veículos foi relacionada à maneira de manipulação que há nas matérias contidas nos anexos que foram analisadas contra Eduardo Cunha, de como que os jornais neutralizem, critiquem e exponham suas reflexões sobre os acontecimentos políticos desencadeados pelos desenrolar da cassação de Cunha e processo de *impeachment* em andamento contra a presidente da República Dilma Rousseff.

7 ANÁLISE DE MÍDIA

A investigação contra o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, fala a respeito da operação *Lava Jato*. E como a maioria das matérias analisadas comenta a respeito do tema, é importante ter uma noção sobre a *Lava Jato* e qual foi à origem do esquema.

De acordo com o Ministério Público Federal (MPF), a *Lava Jato* foi o maior escândalo de corrupção e lavagem de dinheiro ocorrido no Brasil. A investigação teve início em março de 2014 quando foi descoberto que o esquema na Petrobras já acontecia há dez anos desde o primeiro momento da investigação.

Segundo o portal Consultor Jurídico, o esquema de corrupção teve origem no ex-deputado José Jeanene, que tinha empresas fantasmas que lavavam dinheiro em um posto de gasolina ao lado da torre de TV em Brasília no Distrito Federal. O dono do posto de gasolina, Carlos Habib Chate, que teve envolvimento no mensalão, aceitava pagamento somente em dinheiro de moeda corrente. Essa opção servia para transformar o dinheiro sujo em dinheiro contabilizado.

Conforme o site da operação *Lava Jato*⁹, o esquema envolveu empreiteiras que eram privilegiadas por meio de ofertas no orçamento das licitações de obras realizadas pela estatal. Nos documentos eram acrescentados o percentual que era desviado para funcionários públicos e partidos políticos como o PT, PMDB e PP. Após esse acordo, a verba era repassada para as empreiteiras pagarem as empresas fantasmas para lavarem o dinheiro recebido.

Em delação premiada ao Ministério Público Federal (MPF), o ex-consultor da Toyo Setal, ex-representante da Camargo Corrêa e da empresa Samsung, Júlio Camargo afirmou que o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, recebia propinas das empreiteira Toyo Setal; e da empresa Samsung. O dinheiro recebido era enviado por meio de empresas *off-shores* para contas bancárias na Suíça das quais Eduardo Cunha é usufrutuário. Por esse motivo o patrimônio de Cunha não era totalmente declarado à Receita Federal, visto que o Banco Central determina que o usufrutuário de *trust* declare receita de contas no exterior à Receita Federal.

De acordo com a matéria, 'Eduardo Cunha sustenta que não tem contas no exterior', do dia 07 de novembro de 2015, do portal G1, as empresas *off-shores* foram criadas há 30 anos atrás para depositar o dinheiro recebido em vendas de

⁹ <http://www.lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso>

carne na África pela empresa Zaire, que não declarou quem era o dono da empresa. Juntamente com as empresas foram criadas as contas bancárias em um paraíso fiscal, segundo Eduardo Cunha.

As contas de Eduardo Cunha no exterior foram alteradas para uma empresa *trust*. De acordo com o site da Receita Federal¹⁰, *trust* é uma sociedade que administra bens e contas bancárias de pessoas físicas e jurídicas, protegendo em paraísos fiscais para não serem fiscalizadas.

Segundo Sandroni (1999), o termo *trust* é uma organização empresarial em quem o doador é beneficiado com a conta que transfere a titularidade para a empresa contratada para administrar o patrimônio econômico da pessoa em questão. *Truste* é um pouco diferente, pois é uma organização de várias empresas que cuidam da conta do usufrutuário e fazem acordo para obterem margem de lucro estabelecendo altos preços.

Por reação contrária ao pedido de investigação da *Lava Jato* solicitado pela presidente Dilma Rousseff, foi aberto o rito de impeachment por Eduardo Cunha. Em razão desses acontecimentos é importante definir o que significa o impedimento de um presidente da República no Brasil.

Segundo o portal JusBrasil¹¹, o *impeachment* é um termo utilizado para se referir a negação ou impedimento de mandato do presidente da República. O termo provém do Direito Processual Constitucional e prevê a suspensão dos encargos políticos do chefe do poder executivo. O rito normalmente é decidido pela Câmara dos Deputados, neste caso por interferência do Supremo Tribunal Federal, a palavra final será de decisão do presidente do STF, Ricardo Lewandowski.

Na Câmara dos Deputados, a continuação do processo dependia da votação de 1/3 dos deputados, o que representa 338 dos 513 deputados. Na votação da abertura de inquérito de impeachment no dia 17 de abril, foram 368 contra 145 votos. Logo depois, no Senado no dia 12 de maio ocorreu a votação para julgamento sobre acusação de crime de responsabilidade fiscal com 54 senadores a favor e 22 contra.

Após última votação, em 11 de maio de 2016, a presidente da República, Dilma Vana Rousseff, foi afastada do exercício da função de chefe do executivo. O

¹⁰ <http://www.idg.receita.fazenda.gov.br/noticias/ascom/2016/abril/receita-federal-passara-a-exigir-informacao-sobre-os-beneficiarios-finais-de-pessoas-juridicas-e-outros-arranjos-legais>

¹¹ <http://www.miguellp.jusbrasil.com.br/artigos/263747671/como-ocorre-o-impeachment>

juízo final tem 180 dias para acontecer, se caso passado esses dias não for julgada, a presidente volta ao cargo de chefe de Estado.

7.1 ANÁLISE DO DISCURSO POLÍTICO DA GLOBO

A análise do discurso político, segundo Discini (2005) é feita pela heterogeneidade discursiva contendo dois campos, a heterogeneidade mostrada que visa deprimir a evidência do *outro*; e a heterogeneidade não mostrada que tem por base a ironia como estratégia discursiva para determinar a construção do sentido do texto, por meio do conjunto de vozes marcadas na matéria.

A tabela a seguir contém um recorte de 29 matérias que abordam questões sobre o envolvimento de Eduardo Cunha na operação Lava Jato e cassação do mandato de presidente da Câmara dos Deputados. No primeiro momento, o G1 tem abordagens mais neutras e agressivas vice-versa quando Eduardo Cunha critica o PT e o Governo Federal. Quando as acusações contra o presidente da Câmara começam a ficar mais intensivas, o G1 trata a reportagens como mais agressão e reprovação a Eduardo Cunha. Em razão dessas formas diferentes de abordagens, a ironia e heterogeneidade discursiva tornam mais extensas as análises textuais das matérias.

TABELA 1 – MATÉRIAS DO G1

Dia e título da matéria	Ironia	Heterogeneidade discursiva
16 de Julho, 2015 Relator relata pedido de propina de Cunha, que o desafia a provar	Aspas como “merecedor”, “veemente” e “Fernando Baiano” passam uma ideia de ironia do discurso representada pelo veículo. O G1 destaca ainda as notas de Eduardo Cunha e da PGR.	Período em que estavam no auge as delações da Lava Jato, a reportagem trata com equilíbrio os dois lados que se posicionam sobre a investigação contra Eduardo Cunha.

	<p>“À Justiça, Júlio Camargo disse que peemedebista lhe pediu US\$ 5 mi. Em nota, presidente da Câmara afirmou que desmente ‘veementemente’.”</p> <p>Delação de Júlio Camargo: "Tivemos um encontro. Deputado Eduardo Cunha, Fernando Soares e eu. [...] Deputado Eduardo Cunha é conhecido como uma pessoa agressiva, mas confesso que comigo foi extremamente amistoso, dizendo que ele não tinha nada pessoal contra mim, mas que havia um débito meu com o Fernando do qual ele era merecedor de US\$ 5 milhões".</p> <p>Na resposta de Cunha à imprensa é lícito mostrar o descontentamento de Cunha e possível fuga ao tema para tentar se livrar das acusações com a desculpa que estava sendo vitimado por uma possível mentira do delator Júlio Camargo.</p>	<p>Na resposta da PGR mostra a competência do órgão judiciário em analisar a denúncia e realçar que não se trata interesse do STF, mas o comprimento de inquéritos das investigações.</p>
--	---	---

<p>17 de Julho, 2015</p> <p>Eduardo Cunha anuncia rompimento com o governo e diz que é 'oposição'</p>	<p>Não há ironia.</p>	<p>Em uma reação às investigações da Lava Jato contra Eduardo Cunha ele decide romper com o governo, o que é uma possível aceitação por parte do G1 visto que coloca apóstrofe o termo 'oposição'. O veículo também aborda logo no lead que a insatisfação de Cunha com o governo, "Eu, formalmente, estou rompido com o governo. Politicamente estou rompido", o torna contrário ao governo.</p> <p>O G1 destaca as duras críticas referidas ao governo em "fim da governabilidade", e na fala do Presidente da Câmara quando faz uma alerta "Saiba que o presidente da Câmara agora é oposição ao governo".</p> <p>Nas aspas "estritamente pessoal" há uma relevância da reportagem para destacar a característica da decisão de Cunha e a reprovação do Planalto quanto a isso.</p> <p>Nas críticas que Eduardo fez, o G1 ainda destaca "constrange" e "faraônica" os atos do governo referentes aos mandatos de busca</p>
--	-----------------------	---

		<p>e apreensão da Polícia Federal executados nas casas de Collor (PTB-AL), Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) e Ciro Nogueira (PP-PI).</p> <p><i>Impeachment</i></p> <p>Relacionado ao impeachment um tema com cada vez mais repercussão para a imprensa, inclusive a Globo, a repete o termo “oposição” dito anteriormente, dando uma ideia de heterogeneidade mostrada.</p> <p>‘Aloprados’</p> <p>Foi destacado com aspas um “bando de aloprados” aqueles que tentaram impedir a governabilidade de Cunha na presidência da Câmara. E “ódio” sentimento que o PT tem por Eduardo Cunha.</p> <p>Inquérito Contra Dilma</p> <p>A reportagem dá ênfase às críticas de Cunha contra Dilma por ainda não ter sido investigada e de ser protegida supostamente pelo Ministério Público.</p> <p>Críticas a Sérgio Moro</p> <p>O G1 faz questão de mostrar a raiva que Cunha sente da boa</p>
--	--	---

		<p>função do juiz de primeira instância Sérgio Moro ao enfatizar uma fala de Eduardo Cunha “pensa que é dono do país”.</p> <p>Faz duras críticas a Moro ao afirmar “silenciar testemunhas ou acusados na condução do processo”.</p> <p>Retaliações</p> <p>Essa parte a reportagem deixa por último para não vitimar Eduardo Cunha. No final da matéria são destacadas “pedaladas fiscais” e “política” que a partir daquele momento iriam fazer uma análise política e não jurídica da Presidente da República, Dilma Rousseff.</p>
<p>17 de Julho, 2015</p> <p>Após rompimento, Planalto diz esperar ‘imparcialidade’ de Eduardo Cunha</p>	<p>Não há ironia</p>	<p>Nessa parte é repetido o discurso de haver imparcialidade para pautar projetos na Câmara dos Deputados: “imparcialidade e pela impessoalidade”.</p> <p>O termo de rompimento é repetido e também “fim da governabilidade” mostrando que a Globo se posiciona a respeito reforçando os argumentos de Cunha de ser oposição ao governo.</p>

		Logo em seguida a Presidência da República se posiciona e afirma haver “total isenção” nas investigações da Lava Jato.
27 de Julho, 2015 Governo é principal alvo de Eduardo Cunha em palestra a empresários	<p>PT Quanto ao PT, o G1 destaca a ironia de Cunha ao falar mal do partido em que “já baixou do volume morto”.</p> <p>Ao final das críticas contra o partido, a reportagem ainda coloca o deboche de Cunha contra o PT, “o PT pedindo minha destituição <u>só me dá alegria</u> porque se o PT pedisse minha permanência talvez eu não estivesse aqui”.</p> <p>Essa parte sublinhada mostra certa ironia na fala de Eduardo Cunha, que reforça a saída do PT do governo federal.</p>	<p>Cunha se reúne com empresários para explicar situação econômica do Brasil e faz duras críticas ao governo e afirma que rompeu “como reação a uma covardia”. Não se preocuparia com “informações falsas” e não colocaria a cabeça “dentro de um buraco” por ser investigado na Lava Jato.</p> <p>O G1 reforça a ideia de Eduardo Cunha aconselhar o PMDB a sair da base aliada do governo.</p> <p>Ajuste Fiscal Faz fortes críticas à economia falando que ajuste fiscal “quando mais se ajusta, mais cai à arrecadação e de mais ajuste é preciso”.</p> <p>E afirma ainda que apesar de ser oposição não vai provocar pautas bombas no congresso.</p>

		<p>Reforma Tributária</p> <p>Faz críticas à indecisão do governo que até aquele momento não havia decidido qual alternativa iria escolher para fazer a reforma. "Hoje, só tem três maneiras de fazer [a reforma tributária]: a União paga a conta, São Paulo perde dinheiro ou o contribuinte paga a conta. Temos de achar uma alternativa".</p> <p>Protesto</p> <p>Um grupo de estudantes protestou contra Cunha a respeito da maioria penal que estava sendo discutida na Câmara nesse período.</p> <p>Alckmin</p> <p>Ao final da matéria o veículo ressalta que Cunha não quis dar entrevista para falar sobre o que foi tratado na reunião.</p> <p>Esses dois últimos assuntos poderiam mudar o contexto da matéria ao prezar primeiramente pelo ruim, para aquilo que as pessoas queriam saber contra ele.</p>
--	--	--

<p>6 de agosto, 2015</p> <p>Após avanço de ‘pauta-bomba’, Cunha fala em base ‘deteriorada’</p>	<p>Outro ponto interessante foi destacar a ironia de Cunha ao tentar ser imparcial quanto a sua função na Casa. Em “tentou ajudar” é dada uma ideia de duplo sentido porque mesmo que Eduardo Cunha quisesse ajudar, ele tentaria manobrar para não ser aprovado PEC de reajuste do salário de ministros.</p>	<p>Na matéria é tratada a evidência de “pauta bomba” no Congresso para fragilizar o governo Dilma visto que naquele momento já perdia confiança dos partidos que eram aliados PDT e PTB com a justificativa que a presidente Dilma não articulava e queria governar o Brasil sem diálogo.</p> <p>O G1 escolhe ‘deteriorada’ para dar ênfase ao argumento de Eduardo Cunha ao explicar que base aliada no Congresso estava cada vez mais frágil para ser rompida.</p> <p>Aspas destacadas como “reconstruir base” e “fidelidade”, mostram aborrecimento de deputados da Casa. “Independência” se refere à saída dos partidos PDT e PTB da base aliada.</p> <p>A matéria é fechada com uma crítica à presidente Dilma Rousseff, “[...] O governo quer administrar sozinho, que administre”.</p>
<p>10 de agosto,</p>	<p>Não há ironia.</p>	<p>Na reportagem o G1 enfatiza a</p>

<p>2015</p> <p>Eduardo Cunha diz que pretende romper convênio entre Câmara e AGU</p>		<p>briga entre Cunha e AGU. Cunha lamenta a falta de imparcialidade da AGU ao disponibilizar as contas de 2014 e que poderia romper acordo de cooperação com AGU se isso continuasse.</p> <p>A AGU respondeu que mesmo que a Câmara rompesse o que aconteceria era só a remoção da unidade especialidade da AGU na Câmara que facilita o trabalho do órgão. A AGU não deixaria de defender a Câmara porque é obrigação do órgão pela Constituição.</p> <p>Rose de Freitas</p> <p>Cunha critica contas e afirma que Rose serve a “interesses” por querer tumultuar que as contas não sejam votadas.</p> <p>Apreensão de documentos</p> <p>Cunha fica irritado com apreensão dos documentos uma vez que não havia autorização da Câmara para tal.</p> <p>A AGU responde que ofícios da Câmara foram entregues ao STF e demorou três meses para</p>
---	--	--

		apresentar ao STF porque estavam elaborando termos jurídicos e porque houve recesso jurídico no mês de Julho.
12 de agosto, 2015 Eduardo Cunha vê 'jogo de espuma' em propostas de Renan ao governo	Não há ironia.	Nessa reportagem colocam a crítica de Cunha em evidência ao não aceitar Renan fazer propostas de economia para o governo classificando como 'jogo de espuma' e que falta "conteúdo concreto". A crítica é feita visto que a presidente Dilma não aceita dialogar com as duas casas do sistema legislativo.
20 de agosto, 2015 Procurador Janot denuncia Eduardo Cunha ao STF por corrupção	Não há ironia.	O G1 constrói um Eduardo Cunha desesperado por ser indicado ao STF para ser investigado por participar de esquema de corrupção na Petrobras. O desespero é construído pela foto escolhida na reportagem em que Cunha está com um olhar desesperador e com as mãos coçando a cabeça. Denúncia

		<p>Visto que neste período as acusações se tornavam cada vez mais graves a denúncia incriminou ainda mais a Eduardo Cunha. Nas aspas "material e intelectual" se refere a responsabilidade de requerimentos de Cunha, comprovando mais uma vez que não era inocente e ainda também uma afirmação de Lobão "isso é coisa do Eduardo" ao acusá-lo de pressionar Júlio Camargo a entregar propina de 5 milhões.</p> <p>Cunha nega as acusações</p> <p>Cunha não tem alternativa a não ser se fazer de vítima afirmando que Júlio Camargo atuou junto com Executivo para "mentir" e incriminá-lo.</p> <p>Cunha ainda afirmou que em relação às acusações não iria afastar-se do cargo e se mostrou frio e tranquilo quanto a isso.</p>
<p>31 de agosto, 2015</p> <p>Eduardo Cunha diz na ONU que não</p>	<p>Não há ironia.</p>	<p>O G1 coloca no lead a indireta que Cunha faz à presidente Dilma, que não há democracia "sem povo".</p> <p>O presidente da Câmara Eduardo</p>

<p>há 'democracia sem povo'</p>		<p>Cunha faz discurso memorável em 4ª Conferência Mundial de Presidentes de Paramentos. Cunha diz que democracia sem povo “é como jardim sem flores”.</p> <p>Cunha defende que “os governos são transitórios, a democracia é permanente”, frase que mostra claramente a reprovação de Cunha ao PT por tanto tempo de governo instalado no Brasil.</p> <p>O G1 ainda coloca que ele defendeu a liberdade de imprensa e se mostrou contrário “a qualquer tipo de regulamentação”.</p>
<p>16 de Setembro, 2015 Petista diz que Eduardo Cunha age na Câmara como em uma 'ditadura'</p>	<p>Em confusão na Câmara, o PT critica duramente a Eduardo Cunha, que coloca em pauta os projetos de seu interesse e contrapartida a esse fato, o deputado Molon fica revoltado e ironicamente o chama de “majestade” e disse que atuação da presidência da Câmara é uma “ditadura”.</p>	<p>O G1 manipula em título da matéria, classificando o PT como o partido desequilibrado.</p>

<p>23 de Setembro, 2015</p> <p>‘Sou contra o PMDB indicar ministros’, diz Eduardo Cunha</p>	<p>Não há ironia.</p>	<p>A matéria critica o retorno da Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF), segundo Cunha “não é reforma ministerial, não é dar mais ou menos ministério que vai fazer, vai mudar a posição da Casa de aprovar uma CPMF”.</p> <p>Cunha defende que o PMDB saia da base do governo o quanto antes e indicar ministros não era uma boa alternativa para tentar apoio para a CPMF.</p> <p>Cunha ainda ressalta que a estratégia de Dilma é tentar fidelizar o restante de políticos do PMDB que ainda eram da base do governo.</p>
<p>23 de Setembro, 2015</p> <p>Eduardo Cunha apresenta rito do processo de impeachment</p>	<p>Não há ironia.</p>	<p>A reportagem conta que o impeachment estava sendo analisado pelos parlamentares para poder ser aberta uma comissão especial para discutir o parecer do impedimento.</p> <p>O G1 enfatiza “pedaladas fiscais” para poder criar atenção para esse problema que ocorreu no primeiro mandato da presidente Dilma.</p>

		<p>Processo de impeachment</p> <p>Os parlamentares entram em acordo e decidem que seja aberta uma comissão especial para serem discutidas as propostas de impeachment. Cunha dá palavra que seja aberto comissão para analisar a abertura do processo.</p>
<p>30 de Setembro, 2015</p> <p>Manobra de Eduardo Cunha atrasa votação dos vetos presidenciais</p>	<p>Não há ironia.</p>	<p>Ao G1 Cunha nega “confronto” ou “birra” para com a outra casa apenas há “divergência de opiniões”.</p> <p>Ao fazer a ressalva Cunha ainda pressiona Renan que se mudar de ideia, ele liberará os parlamentares para sessão conjunta.</p> <p>Com manobra de horário Cunha marcou uma sessão da Câmara meia hora antes para haver mais parlamentares da oposição ao governo. E afirma ainda uma possível confusão e polêmica pela razão do veto não estar em pauta.</p>
<p>30 de Setembro,</p>	<p>Não há ironia.</p>	<p>O G1 começa manipulando pelo título, porque ao mostrar que</p>

<p>2015</p> <p>Eduardo Cunha</p> <p>arquiva 3 pedidos de impeachment de Dilma; restam 10</p>		<p>“restam 10” parece uma contagem regressiva para abrir votação para processo de impeachment.</p> <p>A reportagem trata os pedidos do impeachment com total vontade de serem logo abertos. Ao citar “alguns” se refere aos pedidos que seriam despachados naquela semana.</p> <p>É tratada a possibilidade do presidente da Câmara Eduardo Cunha aprovar ou não e são mostradas as consequências de cada decisão que pode ser tomada.</p>
<p>30 de Setembro, 2015</p> <p>Suíça envia para o Brasil apuração sobre conta de Eduardo Cunha</p>	<p>Não há ironia.</p>	<p>Na reportagem é tratada a questão das contas de Eduardo Cunha e por esse âmbito, mostra uma matéria mais acusadora do que defensora de Cunha.</p> <p>Encurralado por jornalistas Eduardo Cunha não responde sobre contas e põe essa responsabilidade para seu advogado responder porque foi a própria recomendação da defesa dele.</p>

		<p>Depoente revelou</p> <p>O G1 acrescenta mais um delator que denunciou Cunha de mandá-lo fazer transferência ao exterior.</p> <p>O restante da matéria repete um discurso já repetido em matérias anteriores, explicando novamente do que Eduardo Cunha está sendo acusado e quais foram as pessoas envolvidas no esquema de corrupção.</p>
<p>01 de Outubro, 2015</p> <p>Após denúncias, Eduardo Cunha desiste de fazer viagem oficial à Itália</p>	<p>O G1 mostra a irritância de Cunha quanto às perguntas e destaca a resposta do parlamentar, "Perguntem a ele, porque eu não vou responder nada que não seja por meio do meu advogado".</p> <p>A reportagem mostra a ironia de Cunha ao falar que não iria perder apoio político, "Eu não estou atrás de apoio, por que eu vou perder?"</p> <p>Sessão da Câmara</p> <p>Nessa ocasião a reportagem destaca o descontentamento do</p>	<p>Após várias denúncias Cunha deixou de viajar para um evento de parlamentares em Roma. Ele alegou que voltaria muito em cima da hora e também teria o casamento do Senado Romero Jucá para comparecer.</p> <p>Encurralado mais uma vez por jornalistas a respeito das contas na Suíça, ele nega: "não tem a ver com nada".</p> <p>Ao final as críticas destacadas pelo peemedebista são "transparência do parlamento" "dignidade da política" "silêncio cúmplice", essas palavras mostram o descontentamento do G1 quando Eduardo Cunha não esclareceu os</p>

	<p>deputado Alencar, "A pergunta que não quer calar: o presidente Eduardo Cunha tem ou não contas secretas na Suíça? [...] Essa é uma pergunta de interesse público, não é invasão de privacidade", disse Alencar.</p>	<p>fatos.</p>
<p>10 de Outubro, 2015</p> <p>‘Podem pressionar, eu não renuncio’, diz Eduardo Cunha</p>	<p>Não há ironia.</p>	<p>Na matéria é construído um discurso autoritário e arrogante de Eduardo Cunha pelo fato de ele mesmo afirmar que não precisa de apoio político para governar na presidência da casa. "Pode pressionar, eu não renuncio. Sem a menor chance. Podem retirar apoio, fazer o que quiserem. Tenho amplo direito de defesa. Não podem me tirar".</p> <p>Cunha tinha total confiança que iria acabar sendo cassado de qualquer maneira, mesmo se renunciasse ainda continuaria a cassação de seu mandato como também o mandato de presidente da Câmara dos Deputados.</p> <p>Opositores do governo defendem que Cunha renuncie, mas mesmo</p>

		<p>assim dão possibilidade de Cunha permanecer no mandato da casa.</p> <p>Ao final da matéria Cunha se posiciona e fala que a imprensa está invadindo e desrespeitando ordem de sigilo de cooperação internacional, considerando isso como irresponsabilidade de divulgar informações.</p>
<p>16 de outubro, 2015</p> <p>Eduardo Cunha: veja as acusações contra o presidente da Câmara</p>	<p>Não há ironia.</p>	<p>A matéria explica as acusações contra Cunha classificando como graves e que destacam que pela moralidade não era para Eduardo Cunha estar na presidência da Câmara dos Deputados. As contas da Suíça foram enviadas a PGR e entregues para o STF, que abriu inquéritos para investigação de Cunha.</p> <p>Conselho de Ética</p> <p>É explicado que além da cassação há ainda a quebra de decoro parlamentar. Os partidos com representação contrária a Cunha no Conselho de Ética na Câmara são o PSOL e a Rede.</p> <p>Está representação foi criada por causa da comprovação de contas</p>

		<p>fora do país.</p> <p>Contas no exterior</p> <p>Segundo a PGR a propina que extratos bancários comprovam, indica que Cunha tinha posse de quatro contas bancárias no país. O G1 acrescenta ainda que houve um depósito de 1,3 milhão de francos suíços.</p> <p>Mais um preso da Laja Jato delata Cunha, “João Augusto Rezende Henriques, um dos operadores do PMDB no esquema de corrupção, também afirmou em depoimento à Polícia Federal que fez uma transferência ao exterior para uma conta de Cunha. A transferência seria referente à compra pela Petrobras de uma área de exploração de petróleo em Benin, na África”.</p> <p>5 milhões em propina</p> <p>Quanto a essa denúncia de Baiano, Eduardo Cunha relata que há vazamento “seletivo” da delação.</p> <p>Navios-sonda</p> <p>O G1 repete o discurso de Cunha que pediu para Julio Camargo provar que ele tinha recebido</p>
--	--	---

		<p>propina para o PMDB.</p> <p>‘Palavra final’ na Petrobras</p> <p>O G1 destaca que Eduardo Vaz da Costa Musa disse que a “palavra final” era de Cunha para indicar cargos políticos na área internacional da Petrobras.</p> <p>E no final Cunha disse que não conhecia Musa.</p>
<p>19 de Outubro, 2015</p> <p>Eduardo Cunha diz que não renuncia à Presidência da Câmara</p>	<p>A reportagem coloca outra afirmação que Cunha autoritariamente não irá sair, "Aqueles que desejam a minha saída têm de esperar o fim do mandato para escolher outro".</p> <p>Sobre o apoio político, Cunha repete novamente que não precisa de ninguém para se defender para isso ele mesmo se defende e os advogados dele.</p> <p>Sobre barramento de continuação da CPI, Cunha nega que decisão teria sido por estar acusando mais</p>	<p>No início do texto, o G1 destaca a fala mais polêmica e mais autoritária de Eduardo Cunha "Esqueçam, não vou renunciar".</p> <p>A matéria repete o mesmo discurso sobre as contas da Suíça, Cunha nega e ainda diz não ter recebido “qualquer vantagem”.</p> <p>Conselho de Ética</p> <p>Cunha fala que quebra de decoro parlamentar seria se situação fosse “técnica” e não política.</p> <p>Dilma</p> <p>Dilma Rousseff alfineta Eduardo Cunha lamentando “que seja um brasileiro” a ter contas na Suíça como esquema de corrupção.</p>

	<p>outros parlamentares. "Se a própria CPI não votou a sua prorrogação, não é o presidente da Câmara que vai fazer isso de ofício. (...) Não participei de nenhum acordo".</p>	<p>Em resposta à provocação de Dilma, o G1 põe em <i>Olho</i> da reportagem a resposta de Cunha. "E eu lamento que seja com um governo brasileiro o maior escândalo de corrupção do mundo".</p> <p>Votações na Câmara</p> <p>Sobre votações na Câmara, Cunha afirma que continuará trabalhando com a "celeridade" que vinha exercendo a função.</p>
<p>03 de Novembro, 2015</p> <p>Eduardo Cunha diz que provará ao Conselho de Ética que falou a verdade</p>	<p>Não há ironia.</p>	<p>Eduardo Cunha se vitimiza para tentar afastar má imagem sobre o caráter dele. O G1 pergunta sobre a representação do Conselho de Ética contra Eduardo Cunha, e ele se faz de mal entendido da investigação e diz não saber a respeito. "Não tomei nenhuma decisão a respeito, deixa primeiro definir o relator. Depois definido vou avaliar. Ainda nem pensei sobre isso, nem sequer li a representação".</p> <p>Cunha generaliza a investigação de quebra de decoro parlamentar ao reduzir apenas ele como</p>

		<p>investigado.</p> <p>Quanto aos sorteados para relator do caso de Cunha, apenas um não quis responder sobre indícios “fortes” contra o peemedebista, “Não posso falar, porque podem me considerar impedido de relator depois”. Já José Geraldo e Vinícius Gurgel concretizaram haver indícios “fortes” contra Cunha, dando total convicção nas denúncias.</p>
<p>05 de novembro, 2015</p> <p>Eduardo Cunha se diz ‘indiferente’ a relator no Conselho de Ética</p>	<p>Não há ironia.</p>	<p>Eduardo Cunha se mostra corajoso quanto ao processo no Conselho de Ética, e não pré-julga quem julgaria o caso. “Pra mim, já disse que é indiferente qualquer um que seja escolhido”.</p> <p>Quanto à possibilidade de prosseguir processo no Conselho, Cunha irá provar honestidade. “A mim cabe me defender e provar a inocência, mais nada”.</p> <p>A respeito da continuidade do processo o relator Fausto Pinato tem absoluta certeza que a cada vez que esquemas que envolvem Cunha são divulgados pela</p>

		<p>imprensa ele demonstra “grande possibilidade” de recomendar que processo continue em andamento. Questionado pelo G1 sobre o julgamento sobre Cunha, o deputado Fausto Pinato predispõe que ele seja julgado como um “deputado comum” e de maneira “correta”.</p>
<p>07 de novembro, 2015</p> <p>Eduardo Cunha sustenta que não tem contas no exterior</p>	<p>Venda de Carne na África</p> <p>No maior cinismo, Cunha admite que colocar conta na Suíça é “lícito” e diz respeito à venda de carne na África na época que ele atuava como um “caixeiro-viajante” de mercadorias.</p>	<p>Ao G1, Cunha nega ser titular de qualquer conta fora do país, mas ele mesmo se contradiz ao dizer com palavra diferente “usufrutuário” que é titular da conta na Suíça.</p> <p>Ele diz, porém que conta na Suíça tem “origem antiga”.</p> <p>Separa em destaque com o artifício textual o <i>olho</i> para explicar a ousadia de Cunha em continuar mentindo: “Minha declaração à CPI pode ser facilmente defendida. Eu não tenho conta no exterior, não sou proprietário ou acionista, cotista de empresa offshore no exterior”.</p> <p>Declaração às autoridades</p> <p>Quanto às contas, Cunha faz a afirmação de que não é preciso</p>

		<p>declarar às autoridades brasileiras porque não é titular das contas e para isso usa <i>trustes</i> para cuidar das contas.</p> <p>É importante destacar a parte final do olho: “Não sou proprietário desses recursos. O proprietário é o <i>truste</i>, eu sou apenas o contratante e beneficiário em vida”.</p> <p>Em contrapartida, o G1 procurar saber pelo Banco do Brasil como funciona a regulação de contas <i>truste</i> no Brasil. O Banco do Brasil alega que a declaração é obrigatória e precisa ser feita pelo “beneficiário residente” no Brasil.</p> <p>Caminho do dinheiro</p> <p>Há uma contradição na afirmação de Eduardo Cunha quando explica sobre as contas em 1980. “Veja bem, naquele momento constituí uma companhia fora do Brasil que fazia essa intermediação de mercadorias para serem importadas e exportadas. Obviamente que estamos falando de coisa de 30 anos atrás. Isso não tem documento nem contabilidade de assunto dessa natureza. Essa empresa já foi desfeita”.</p>
--	--	---

		<p>Conta da mulher</p> <p>Quanto à conta da conjugue ele faz uma justificativa: “Essa conta não foi declarada porque não tinha saldo superior a US\$ 100 mil. O dinheiro era do cartão de crédito”.</p> <p>Depósito de US\$ 1,3 mi</p> <p>A respeito da propina suspeita da Lava Jato, Eduardo Cunha não sabe explicar sobre o assunto:</p> <p>“A única coisa que posso ter me arrependido é de não ter feito uma gestão mais forte desse recurso que o <i>truste</i> teve. A declaração das contas, em si, entendo que não era obrigatória. Não me arrependo disso porque teria feito exatamente a mesma coisa”.</p>
<p>19 de novembro, 2015</p> <p>Cunha diz ser alvo de ‘golpe’ e acusa Conselho de fazer ‘aberrações’</p>	<p>Não há ironia.</p>	<p>Na reportagem é tratada a indignação de Cunha ao ser acusado de manobrar para adiar processo de Conselho de Ética. “Aberrações” são classificadas a direção do Conselho, e “golpe” para quem quer derrubá-lo da presidência da Câmara.</p> <p>É destacado a alternativa que Eduardo Cunha poderia usar</p>

		<p>“recursos” para ser absolvido caso fosse cassado.</p> <p>Em reação à manobra de Cunha, o G1 destacou os gritos dos deputados “vergonha!” e “fora, Cunha!”</p> <p>Quorum</p> <p>A Globo evidencia “manobras” mais uma vez ao colocar a negação de Cunha de ter feito o ato para impedir os trabalhos do Conselho de Ética.</p> <p>Ameaças</p> <p>O deputado Fausto Pinato relator do caso sofreu “ameaça” contra a família dele para não continuar com processo. Em reação à esse fato os deputados da presidência do Conselho de Ética pediram a Eduardo Cunha que providenciasse a segurança do relator.</p> <p>Supremo</p> <p>O G1 dá ênfase à opinião do ministro do STF, Marco Aurélio: “Nós precisaríamos de uma grandeza maior para no contexto haver o afastamento espontâneo. Quem sabe até a renúncia do próprio mandato”.</p>
--	--	---

<p>02 de dezembro, 2015</p> <p>Eduardo Cunha</p> <p>consulta líderes sobre possibilidade de abrir impeachment</p>	<p>Não há ironia.</p>	<p>Na matéria é tratada a possibilidade de abrir impeachment em retaliação ao PT por ter anunciado que iria votar pela continuidade do processo de cassação do deputado Eduardo Cunha.</p> <p>Um ponto importante para ressaltar é que Eduardo Cunha, até antes daquela decisão do PT, arquivava as denúncias de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff. Logo após continuarem com o processo de cassação, deu a cartada para poder descontar sua revolta sobre o PT.</p> <p>Ao final o G1 destaca fala de deputado Paulinho da Força que explica que ao dar continuidade da cassação de Cunha, o PT cravou a própria sentença: “Acho que o PT deu para nós oportunidade única. Tem muita gente que, se tivesse pedido de impeachment, mudava de opinião. Acho que ele tem que decidir até terça”.</p>
<p>02 de dezembro, 2015</p>	<p>Não há ironia.</p>	<p>No mesmo dia o presidente da Câmara Eduardo Cunha divulgou a abertura do processo de</p>

<p>Eduardo Cunha autoriza abrir processo de impeachment de Dilma</p>		<p>impeachment em vista das “pedaladas fiscais” e por pedido de revisão da meta fiscal por suposta irregularidade.</p> <p>Resposta de Dilma Com “indignação” Dilma responde que não cometeu “atos ilícitos” e fala indiretamente que processo é golpista. “Hoje eu recebi com indignação a decisão do senhor presidente da Câmara dos Deputados de processar pedido de impeachment contra mandato democraticamente conferido a mim pelo povo brasileiro”.</p> <p>Mais para frente o texto evidencia em <i>olho</i> na reportagem a frustração de Dilma: “Não existe nenhum ato ilícito praticado por mim, não paira contra mim nenhuma suspeita de desvio de dinheiro público”.</p> <p>Cassação no Conselho de Ética O G1 ressaltou que a abertura só aconteceu porque Cunha estava sendo cassado pelo Conselho de Ética.</p> <p>Justificativa de Cunha Cunha foge da relativização do processo de cassação com</p>
---	--	--

		<p>impeachment e justifica a abertura de outra forma: “Nunca, na história de um mandato houve tantos pedidos de impeachment como neste mandato”.</p> <p>O G1 lembra que Cunha não autorizaria pedido baseado em “pedaladas fiscais” de 2014, porque iria se tratar de mandato anterior.</p> <p>Comissão Especial</p> <p>Quando indagado por jornalistas, Cunha negou ter falado com Temer para ser presidente da Casa: “Não falei com ninguém do Palácio. É uma decisão de muita reflexão, de muita dificuldade. [...] Não quis ocupar a presidência da Câmara para ser o protagonista da aceitação de um pedido de impeachment. Não era esse meu objetivo. [...]”</p> <p>Conselho de Ética</p> <p>O G1 repete o mesmo discurso da outra matéria do deputado Paulinho da Força.</p> <p>Revisão da meta de 2015</p> <p>Dois pontos importantes de destacar são interpretações do G1</p>
--	--	---

		<p>que fez uma revisão do que aconteceu durante o dia e no final crítica a economia do governo.</p> <p>“Apesar da abertura do processo de impeachment, a presidente da República obteve uma vitória importante nesta quarta-feira no Congresso Nacional”.</p> <p>“Até outubro, as contas públicas já tinham apresentado um rombo de R\$ 33 bilhões, o maior da história, indicando que o governo dificilmente conseguiria fechar o ano no azul”.</p>
<p>15 de dezembro, 2015</p> <p>Polícia Federal cumpre mandados de busca na casa de Cunha e na Câmara</p>	<p>Não há ironia.</p>	<p>Nessa reportagem O G1 explica como foi a busca de documentos na casa do presidente da Câmara.</p> <p>A busca foi arquitetada pelo Procurador Janot para coletar provas nos inquéritos que dizem a respeito dos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro.</p> <p>Advogado Marcelo Nobre defende Cunha dizendo que buscas só “reforçam” que Cunha é inocente.</p> <p>Quanto à operação no gabinete do presidente da Câmara, ficou sob</p>

		<p>sigilo o que ocorreu da operação.</p> <p>Por ser acusado de “pau mandado” de Cunha por Alberto Youssef, Celso Pansera também sofreu buscas em sua casa.</p>
<p>16 de dezembro, 2015</p> <p>Janot pede afastamento de Eduardo Cunha da presidência da Câmara</p>	<p>Não há ironia.</p>	<p>A busca de apreensão de documentos nas casas de Eduardo Cunha resultou na identificação de provas contra ele. É intensificado pela PGR que a saída do parlamentar serve para preservar as investigações contra Cunha.</p> <p>É importante destacar que o procurador Janot queria evitar que Cunha usasse o cargo para “destruir provas, pressionar testemunhas, intimidar vítimas ou, de obstruir as investigações de qualquer modo”.</p> <p>Em resposta de Cunha a PGR, ele se vitimou criticando ação como uma “cortina de fumaça” e que a investigação contra ele serve para “tirar o foco” do impeachment da presidente Dilma Rousseff.</p> <p>Motivos</p> <p>Dentre os motivos justificados por</p>

		<p>Janot, o G1 classificou como principal a ameaça a Beatriz Catta Preta. “Valeu-se de seus aliados para constranger e intimidar quem ousou contrariar seus interesses”.</p> <p>Dinheiro do FGTS</p> <p>Pegando trechos da revista Época o G1 conclui a matéria destacando as principais informações sobre o afastamento:</p> <p>“O procurador-geral da república indica que elementos supervenientes corroboram o envolvimento de Fábio Ferrera Cleto no suposto pagamento de propina para Eduardo Cunha justamente para liberação de verbas do FI-FGTS”.</p> <p>Cunha, segundo reportagem da revista, ao todo tinha recebido R\$ 52 milhões em 36 depósitos até Setembro de 2014, e nesse período a operação Lava Jato já fazia 6 meses de investigação.</p> <p>Os documentos divulgados pelo procurador à revista Época, mostram que um dos delatores troca mensagens com Eduardo Cunha: “questionado sobre e-mail</p>
--	--	--

		datado de 26 de abril de 2012, em que o depoente informa à pessoa cujo nome de usuário é Rico, sobre o envio 'do nosso amigo' de um livro de 181 páginas sobre túneis 'suíços', e que seria conveniente confirmar se recebeu o livro e se gostou das fotos”.
<p>16 de dezembro, 2015</p> <p>Veja repercussão do pedido para afastar Eduardo Cunha da Câmara</p>	Não há ironia.	<p>Pelo título já é notável a comemoração do G1 em possível afastamento de Cunha.</p> <p>No início do texto repete o discurso textual que havia empregado em matéria anterior sobre afastamento de Eduardo Cunha.</p> <p>Pelo subtítulo G1 mostra a opinião geral dos deputados aliados que dizem que não há provas e opositores elogiam medida.</p> <p>Manoel Junior, Carlos Marum e Mendonça Filho eram aliados de Cunha, e os opositores eram Sílvio Costa, Rubens Bueno, Luiz Sérgio, Humberto Costa.</p>
<p>19 de dezembro, 2015</p>	Não há ironia.	A reportagem mostra o contexto político em que Eduardo Cunha se encontrava e faz ressalva aos

<p>Semana em Brasília foi de derrotas para Eduardo Cunha; relembre</p>		<p>principais momentos que resultaram na petição do afastamento dele e retaliações ao andamento do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff.</p> <p>Busca e apreensão</p> <p>Há uma crítica feita por parte do presidente da Câmara dos Deputados do governo buscar “revanchismo” e o procurador Janot de mirar em políticos do PMDB e poupar o PT.</p> <p>Conselho de Ética</p> <p>Quanto ao presidente do Conselho, Eduardo Cunha considera José Carlos Araújo como seguidor e aliado do PT. “Todos sabem a relação e a dependência do presidente do Conselho de Ética com Jaques Wagner. Todos sabem a pressão do Planalto para fazer o processo no Conselho de Ética andar”.</p> <p>Pedido de afastamento</p> <p>“Cortina de fumaça” e “tirar o foco” são críticas de Cunha em relação à decisão da PGR.</p>
---	--	---

		<p>Liderança do PMDB</p> <p>O G1 coloca em negrito os seguintes trechos: “foi reconduzido à liderança do PMDB na Câmara”, “chegou a ser destituído da liderança” e “pelo voto e não no tapetão”. Essas partes mostram um conflito no próprio partido, um embate entre Cunha e Picciani.</p> <p>Rito de impeachment</p> <p>Nessa última parte há um grande conflito e crítica de Cunha que não acha justo STF definir rito de impeachment, até porque segundo ele a decisão de impeachment sempre pautou a casa.</p>
--	--	--

Fonte: G1. Elaboração: Rodrigo Alberto

7.2 ANÁLISE DO DISCURSO POLÍTICO DA BRASIL 247

Deste veículo foram analisadas 26 matérias postadas no mesmo dia ou com foco em mesmo assunto do recorte de matérias analisadas do G1. O perfil de análise seguido fez referência à ironia e à heterogeneidade do discurso. Por meio desses elementos foram destacados trechos das reportagens e matérias que visualizam a manipulação e construção da notícia com linguagem mais agressiva e sujeita a opinião do jornal e os leitores do mesmo.

TABELA 2 – MATÉRIAS DO BRASIL 247

Dia e título da matéria	Ironia	Heterogeneidade Discursiva
<p>16 de julho, 2015</p> <p>Júlio Camargo: “Tenho medo de Eduardo Cunha”</p>	<p>Não há ironia.</p>	<p>Pelo título já se percebe uma linguagem mais agressiva do que a usada no jornalismo conservador. As aspas “Tenho medo de Eduardo Cunha” transmitem uma ideia de heterogeneidade discursiva por se referir ao Eduardo Cunha como uma ameaça ao delator.</p> <p>Uma aspa bastante impactante é a parte em o Brasil 247 para citar fala do Delator contra o presidente da Casa. “Todo homem que é responsável é obrigado a ter medo e receio. E uma pessoa que age não diretamente, e tem que ameaçar você através de terceiros, já é uma pessoa a quem deve se ter todo cuidado”.</p> <p>No final da abordagem ao delator Júlio Camargo, o veículo marca a palavra “receio” para imitar um discurso de um discurso já apresentado no texto.</p>
<p>17 de julho, 2015</p>		

<p>Cunha rompe com PT e fala em ‘explodir o governo’</p>	<p>No primeiro parágrafo é dada a ironia de Cunha ao falar que mesmo sendo oposição, governaria a Casa “com independência”.</p>	<p>Ao analisar a matéria é possível perceber que mesmo replicada de outro veículo segue a mesma linha de pensamento do Brasil 247. No subtítulo são apresentados duas falas de indignações do Eduardo Cunha com PT: “é uma orquestração do governo” e “explodir o governo”.</p> <p>O presidente da Câmara se mostra contra a operação Lava Jato por que, segundo ele, se trata do Executivo iniciando uma ‘devassa fiscal’ contra ele.</p> <p>Com o cinismo de Eduardo Cunha ao ser contrário à delação premiada de Júlio Camargo, o veículo faz uma heterogeneidade discursiva que imita a mesma aspa no final do texto para destacar a reprovação quanto à Cunha.</p> <p>“Obrigado” e “estranhado” fazem reflexão à fuga de Eduardo Cunha ao tema que lhe é posto para ser comentado. E ele acaba levando para o lado pessoal.</p>
<p>17 de julho, 2015 Planalto responde Cunha e diz esperar ‘imparcialidade’</p>	<p>Não há ironia.</p>	<p>Basicamente a matéria trata com clareza, a insatisfação da migração de Cunha para a oposição e considera que decisão foi de Cunha pessoal e cobra</p>

		<p>“imparcialidade” ao pautar os projetos de lei da Câmara dos deputados.</p> <p>A palavra “imparcialidade” é repetida três vezes dando uma ideia de heterogeneidade discursiva que é mostrada com ênfase na indignação do PT contra Eduardo Cunha.</p>
<p>17 de julho, 2015 PMDB: Rompimento de Cunha é decisão ‘pessoal’</p>	<p>Não há ironia</p>	<p>A palavra “posição pessoal” é colocada três vezes na matéria caracterizando como heterogeneidade discursiva, e se refere à retaliação do PT pelo conflito da presidência da Câmara ter se consolidado e fica receoso de presidente da Casa pautar projetos sem imparcialidade.</p>
<p>18 de julho, 2015 Cunha pode ser preso ou afastado por coagir testemunhas</p>	<p>Não há ironia.</p>	<p>O texto é crítico e agressivo, a começar pelo título na parte “preso ou afastado”.</p> <p>Logo em seguida contextualiza com o lobista Fernando Soares acusado de “operador” do PMDB para receber propina para o partido. Essa aspa indica um distanciamento moral do veículo quanto ao lobista. Outro ponto importante é destaque à palavra “impressionada” fazendo referência</p>

		à opinião do ministro do STF que fica surpreso com a personalidade de Eduardo Cunha.
6 de Agosto, 2015 PDT e PTB deixam a base do governo na Câmara	Não há ironia.	Nessa matéria é feito uma análise que os deputados saíram da base em decorrência do rompimento de Eduardo Cunha com o governo. O que gerou descontentamento ainda maior para o PDT e o PTB foi terem sido chamados de traidores. “Não admitiremos mais sermos chamados de infiéis e traidores porque nunca traímos nossos princípios”. As aspas mostram uma heterogeneidade que o veículo se distancia da opinião dos deputados.
12 de agosto, 2015 Gaspari desmascara a ‘artilharia de Eduardo Cunha’	Não há ironia.	‘No jogo de pautas-bomba na Câmara, sob o comando de Eduardo Cunha (PMDB) há a oposição a Dilma, mas um pedaço da contrariedade vem do trabalho da Lava Jato’. Esse trecho é repetido duas vezes na nota que o Brasil 247 faz para referir a coluna de Elio Gaspari da Folha S. Paulo. O trecho é caracterizado como heterogeneidade discursiva. “O primeiro, visível, é a rejeição a

		<p>Dilma Rousseff e ao PT. O segundo, encapuzado, é uma tentativa de botar fogo num circo onde o Ministério Público e o Judiciário estão na jugular da oligarquia política e empresarial do país”. É uma aspa que mostra heterogeneidade com distanciamento do enunciador para avaliar reprovação sobre a afirmação.</p> <p>“Tudo bem: Fora Dilma. Para botar Michel Temer no lugar”. É enfatizada essa aspa como total descontentamento e distanciamento do discurso considerado heterogeneidade discursiva.</p>
<p>20 de agosto, 2015</p> <p>Janot formaliza denúncia contra Cunha no STF</p>	<p>Não há ironia.</p>	<p>“Contra Cunha no STF”, expressão utilizada duas vezes imitando o mesmo discurso do título da matéria caracterizando como heterogeneidade discursiva com estilização por reproduzir um discurso do título e colocado mais uma vez na reportagem.</p> <p>As palavras “corrupção e lavagem de dinheiro” foram citadas duas vezes sendo assim classificadas assim como discurso citante</p>

		empregado na enunciação do narrador.
<p>31 de agosto, 2015</p> <p>Cunha na ONU: “Democracia tem que ser permanente”</p>	<p>Não há ironia.</p>	<p>“A essência da democracia é a representação popular. Democracia sem povo é como um jardim sem flores. Não tem o que se regar, o que se manter”. Esse discurso é imitado para enfatizar o que já havia sido citado, logo é a função da heterogeneidade de discurso citado.</p> <p>“Quem achar que a democracia se sustenta apenas com arranjos momentâneos, acabará vencido pela história. Os governos são provisórios. A democracia tem que ser permanente”. Nesse discurso é revelado a heterogeneidade não mostrada de estilização, porque capta o enunciado de base para fazer referência.</p>
<p>16 de Setembro, 2015</p> <p>Petistas avisam oposição: “Não cutuquem a onça com a vara curta”</p>	<p>“Inação” e “moral” foram repetidas mais de uma vez fazendo uma ironia repetindo as palavras para causar divergências entre o leitor e a oposição.</p>	<p>“Não cutuquem a onça com a vara curta” é uma estilização visto que já repetida três vezes para provocar a oposição do governo. A expressão foi citada pelo deputado José Guimarães para fazer referência ao discurso de ex-presidente Lula.</p>

<p>23 de setembro, 2015</p> <p>Reforma de Dilma divide PMDB e isola Temer</p>	<p>Não há ironia.</p>	<p>Em nota se referindo ao jornal Valor Econômico, o Brasil 247 destaca que “Dilma divide PMDB e isola Temer”, esse discurso tem heterogeneidade não mostrada com estilização e faz referência a insatisfação de Eduardo Cunha juntamente com Renan Calheiros no Congresso.</p>
<p>23 de setembro, 2015</p> <p>Citado por delator, Cunha abre alas para o golpe</p>	<p>Não há ironia.</p>	<p>O veículo já começa tendendo o leitor para ficar contra o impeachment. “Citado por delator” faz a referência ao envolvimento com a Lava Jato, é característica de um discurso citante. O título, ao invés de ser mais direto, é mais agressivo.</p>
<p>30 de setembro, 2015</p> <p>Cunha arquiva mais três pedidos de impeachment</p>	<p>Não há ironia.</p>	<p>“O presidente da Câmara já arquivou ao todo nove pedidos de impedimento contra a presidente Dilma Rousseff”. No segundo parágrafo é repetido o trecho que já havia sido mencionado no subtítulo. Essa parte do texto é caracterizada como estilização pois repete o discurso base do enunciado.</p>
<p>30 de setembro,</p>	<p>Não há ironia.</p>	<p>“Manobra e obstrui” são palavras</p>

<p>2015</p> <p>Cunha manobra e obstrui votação de vetos no Congresso</p>		<p>que se referem agressivamente a Eduardo Cunha e destacam a heterogeneidade de discurso falante.</p> <p>“Mantemos o apelo para que a votação dos vetos aconteça no dia de hoje. Agora, cabe ao Congresso decidir o que fazer. Estamos prontos para votar os vetos, o país precisa dessa sinalização”. Essa expressão foi repetida dando clareza à heterogeneidade de discurso falado contrário a Eduardo Cunha.</p> <p>Há ainda um discurso citante que foi usado para resumir e não colocar a informação com as palavras de Eduardo Cunha “Cunha disse nesta quarta que não acredita que a votação dos vetos ao reajuste dos servidores do Poder Judiciário ocorra hoje devido à falta de acordo sobre a inclusão dos vetos relativos à lei eleitoral na pauta da sessão do Congresso”.</p>
---	--	--

<p>30 de setembro, 2015</p> <p>Suíça investiga Cunha por corrupção e lavagem</p>	<p>Não há ironia</p>	<p>“Corrupção e lavagem de dinheiro” são citadas três vezes no texto. Essa insistência em repetir o discurso já mencionado no título traz a ideia de estilização da heterogeneidade discursiva.</p>
<p>01 de Outubro, 2015</p> <p>Cunha tem quatro e não uma conta na Suíça</p>	<p>Não há ironia.</p>	<p>"Quatro contas abertas" são citadas três vezes na matéria, no título, no subtítulo e no lead do texto.</p> <p>“Uma delas tem a esposa do parlamentar, a jornalista Cláudia Cordeiro Cruz, como beneficiária, além do deputado”. Esse trecho foi citado três vezes, uma no subtítulo, no segundo parágrafo e no final da matéria.</p> <p>Essas insistências em mencionar um discurso repetidamente é caracterizado como heterogeneidade discursiva por estilização.</p>
<p>10 de Outubro, 2015</p> <p>Cunha arma trincheira na</p>	<p>Não há ironia.</p>	<p>A começar pela seguinte expressão: ‘Daqui não saio’, o texto se utiliza de vários elementos de heterogeneidade.</p>

<p>Câmara: ‘Daqui não saio’</p>		<p>“Podem pressionar, eu não renuncio. Sem a menor chance. Podem retirar apoio, fazer o que quiserem. Tenho amplo direito de defesa. Não podem me tirar”, afirmou. Contém estilização, é mencionada duas vezes.</p> <p>“Vão iniciar de qualquer jeito. Isso leva um tempo”. Esse trecho é discurso citado, que provém da fala do político.</p> <p>Cunha ainda tem o apoio do PSDB, que conta com ele para um eventual processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff. O discurso referido duas vezes é caracterizado como citante, pois é a interpretação do enunciador.</p>
<p>19 de Outubro, 2015</p> <p>Cunha diz que “será inevitável” responder Dilma</p>	<p>A matéria trata com ironia a fuga de Eduardo Cunha para não querer responder a Presidente Dilma Rousseff.</p> <p>“Não queria colocar pilha”, a ironia do discurso está</p>	<p>O discurso “seria inevitável” é posto duas vezes na matéria com intenção de provocar o leitor e tem característica de estilização da heterogeneidade discursiva.</p> <p>“Lamentar que seja com um brasileiro” destaca a provocação da presidente Dilma Rousseff e</p>

	presente por Eduardo Cunha dizer depois que não evitaria responder a provocação.	repetido essa aspa do subtítulo, estiliza o discurso proposto.
3 de Novembro, 2015 Cunha é “como todos os outros”, diz presidente do conselho de ética	Não há ironia	<p>“Do outro lado, para mim, não está o presidente da Câmara. Está o deputado Eduardo Cunha, um deputado como todos os outros”. Essa afirmação é posta duas vezes na matéria, por essa razão é classificada como marcação da heterogeneidade discursiva.</p> <p>“Não há diferença entre Cunha e qualquer outro parlamentar. Ele é presidente no seu gabinete. No conselho, ele vai como deputado”. Esse trecho repete a opinião do deputado José Carlos, e foi colocado duas vezes indicando a heterogeneidade mostrada.</p>
5 de Novembro, 2015 Defesa de Cunha diz que ele não sabe onde aplica	Não há ironia.	“Ele não tem conta corrente em outros países e isso é absolutamente simples de entender. Eduardo Cunha, na verdade, faz parte de um <i>truste</i> , de um fundo, do qual é tão somente beneficiário. Ele não sabe onde esse fundo tem contas, onde aplicam o dinheiro, ele não

		<p>administra nada”. Trata-se de heterogeneidade do discurso falado duas vezes.</p> <p>“Por lei não é obrigado a isso”, indica aspas de heterogeneidade mostrada.</p>
<p>7 de novembro, 2015</p> <p>Cunha debocha: Dinheiro na Suíça ‘não tem nada de mais’</p>	<p>‘Não tem nada de mais’, é construída uma ironia a partir da fala de Eduardo Cunha.</p>	<p>“Não tenho falha nenhuma. Não entendemos que existe esta omissão, entendemos que na medida que você transferiu a propriedade para o <i>truste</i> e tem dez anos, você não é mais proprietário de nada. Eu não tenho ativo”. O trecho é colocado no subtítulo e repetido no último parágrafo, logo é marcado como estilização da heterogeneidade do discurso.</p>
<p>19 de novembro, 2015</p> <p>Conselho de ética adia para dia 24 análise de parecer contra Cunha</p>	<p>Não há ironia.</p>	<p>É importante destacar a seguinte parte: “O deputado Henrique Fontana (PT-RS) disse que Cunha não tem mais condições de presidir o Parlamento”. “A presidente não pode ser confundida com os interesses pessoais do presidente”. Discurso citante da heterogeneidade na interpretação do veículo. Na aspa é uma marcação de heterogeneidade mostrada.</p>

		<p>“Ao suspender a decisão de Bornier, Cunha disse que não quer contaminar a Casa com algo que diga respeito a ele”. Discurso falante da heterogeneidade discursiva mostrada.</p>
<p>2 de dezembro, 2015</p> <p>Cunha atira primeiro e abre impeachment</p>	<p>Não há ironia.</p>	<p>“Tem natureza técnica”, “normal, com amplo direito ao contraditório”, “não era esse o meu objetivo”. As aspas marcadas tem estilização do discurso e destacam a negação do veículo.</p> <p>Quanto ao discurso citado no último parágrafo traz a não aprovação da Brasil 247 em relação à decisão de Cunha. “Não falei com ninguém no Palácio. É uma decisão de muita reflexão, de muita dificuldade. [...] Não quis ocupar a presidência da Câmara para ser o protagonista da aceitação de um pedido de impeachment. Não era esse meu objetivo. Mas, repito, nunca, na história de um mandato houve tantos pedidos de impeachment como neste mandato”.</p>
<p>15 de dezembro, 2015</p>	<p>Não há ironia.</p>	<p>As palavras “busca e apreensão” são citadas três vezes na matéria,</p>

<p>PF faz busca e apreensão na residência de Cunha</p>		<p>e são marcadas como heterogeneidade discursiva não mostrada e estilizada.</p>
<p>16 de dezembro, 2015 PGR pede afastamento imediato de Cunha</p>	<p>Não há ironia.</p>	<p>Afastamento é posta duas vezes no texto, caracterizando como estilização da heterogeneidade discursiva não mostrada.</p> <p>“Segundo Janot, Cunha utiliza o cargo por interesses próprios e fins ilícitos”; e “Janot diz ao STF que afastamento de Cunha é necessário para garantir ordem pública, investigação criminal e apurações no Conselho de Ética”. O segundo discurso repete o primeiro e pode ser caracterizado como heterogeneidade discursiva.</p>
<p>19 de dezembro, 2015 Oposição atribui derrota do impeachment a Cunha</p>	<p>Não há ironia.</p>	<p>“Respeitar decisão da Câmara de abrir impeachment”. Essa parte foi uma crítica de Aécio Neves sobre a decisão do STF controlar o rito do impeachment. O trecho mostrado é apresentado duas vezes indicando uma estilização da heterogeneidade do discurso.</p> <p>“Com ou sem impeachment,</p>

		interessa manter viva a imagem de Cunha x Planalto”. É vista uma marcação de heterogeneidade discursiva.
--	--	--

Fonte: Brasil 247. Elaboração: Rodrigo Alberto.

7.3 ANÁLISE DO DISCURSO POLÍTICO DO LE MONDE DIPLOMATIQUE-BRASIL

Em razão deste veículo não publicar matérias no período dos outros dois analisados, foram recortados quatro artigos com análise profunda da política brasileira e a ideologia do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. Nesses artigos são interpostas diversas críticas ao parlamentar, ao PT, a presidente Dilma Rousseff e ao sistema político brasileiro. Vale ressaltar que esses textos não desequilibram quanto à imparcialidade no jornalismo.

TABELA 3 – ARTIGOS DO LE MONDE DIPLOMATIQUE-BRASIL

Dia e título do artigo	Ideologia e heterogeneidade discursiva
<p>31 de julho 2015</p> <p>Criminalizar adolescentes não reduz o crime</p>	<p>Com a representação de 87% da população a favor da maioria penal, o Le Monde Diplomatique defende que a redução não resolve o problema da violência e critica Eduardo Cunha de ter liderado a bancada.</p> <p>Para o veículo, a PEC resultaria em “consequências desastrosas”, porque provavelmente incentivaria adultos a recrutar jovens ainda mais novos.</p> <p>São apresentados 5 mitos sobre a redução da maioria</p>

	<p>penal:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A redução da maioria penal vai reduzir a violência no Brasil 2. A redução da idade penal funcionou em outros países 3. A redução da idade penal é coerente com as normas e leis internacionais 4. Investir em formas alternativas de reabilitação é mais caro do que prender 5. Não punimos adolescentes no Brasil
<p>4 de novembro, 2015</p> <p>Tenebrosas Transações</p>	<p>O artigo faz uma análise mais aprofundada, critica Eduardo Cunha por suas mesquinhas escolhas e vetos, ações sobre interesses econômicos. Faz uma crítica ao governo do PT por ter prometido governo com independência e irrestrita democratização. Faz referência ao pragmatismo e o fascismo e compara o presidente da casa a ditadores como Mussolini, Hitler, Salazar e Franco.</p> <p>Para o veículo, Eduardo Cunha é um político conservador que se faz de evangélico para ter mais marketing e para enganar os brasileiros dando uma ilusória credibilidade à sua política conservadora. Cunha instalou um esquema de ganhar dinheiro através de facilidade em licitações, propina para deputados antes quando ainda era lobista, e também quando era presidente da Telerj.</p> <p>“No caso de Cunha, a moldura religiosa disponibiliza rebanhos populares abertos à captação de votos, garantido a taxa de sucesso nas urnas. Até nesse plano “espiritual” o cálculo de ganhos é feito”.</p>

“Cunha sabe da importância do mundo virtual, do “pastoreio” eletrônico: detém 175 domínios com a palavra Jesus na internet”.

“A “pregação” radiofônica de Cunha reverbera por emissoras FM do Rio de Janeiro, São Paulo, Piauí e Paraná, com a voz diáfana lembrando que “nosso povo merece respeito”.

No artigo são feitas várias classificações de Eduardo Cunha, “arestoso”, “difícil trato”, “cheio de vontades”, “imprevisível”, “agressivo”.

Quanto à justificativa ao título dado ao artigo, é “vide a delação premiada daquele que o lobista e empresário Júlio Camargo diz ser seu “sócio oculto”, Fernando “Baiano” Soares: tido como “homem de ferro”, de “fidelidade canina” a Cunha, está aí, a revelar, sem papas na língua, as tenebrosas transações de que seu parceiro seria indutor e beneficiário.

É mostrado um presidente da Câmara com total convicção do que fala. O veículo faz questão de traçar um perfil para o parlamentar. “Sem resposta, Cunha, quando fala sobre as tremendas denúncias de que é alvo, torna-se lacônico e repetitivo: só fala sobre “a perseguição política do PGR” e de sua “absoluta tranquilidade diante dos fatos apontados.”

Chico Alencar conclui que, para se ter credibilidade na política do Brasil, precisa de ter mais transparência por partes dos órgãos públicos, das empresas estatais e privadas e não serem rendidas ao pragmatismo político em que a única importância é o dinheiro, os interesses econômicos.

<p>4 de novembro, 2015</p> <p>Brasil, refém dos “300 picaretas”</p>	<p>No artigo é explicado como funciona a política brasileira, e fala ainda que se o governo não apoiar a mídia, acaba sofrendo retaliações.</p> <p>Barões da mídia onipresentes</p> <p>A direita associa o “crime de responsabilidade” previsto em dos quesitos da Constituição Federal para incriminar a presidente Dilma Rousseff e posteriormente ser impedida de governar.</p> <p>Nesse pensamento surge a justificativa ao título do artigo. Os “300 picaretas” citados aqui no artigo são deputados que são considerados patrões da mídia. Essa afirmação dos picaretas foi dada pelo ex-presidente Lula em 1993 quando ainda tentava se tornar presidente da república.</p> <p>As aspas “donos da mídia” fazem referência aos 271 deputados de acordo com o estudo que tem vínculo ou são donos de empresas de comunicação que ironicamente é proibido pela Constituição.</p> <p>Em outro contexto o Brasil possui um sistema de lista aberta que acaba dando oportunidade para deputados que tiveram menores votos a serem eleitos por sistema de “coeficiente eleitoral”. Com esse sistema são criados coalizões de esquerda e direita para garantir pautas equilibradas para ambos.</p> <p>Alinhamentos de conveniência</p> <p>Há uma crítica ao PT em não conseguir parlamentares para tentar ser maioria na Câmara dos Deputados. Por essa razão houve o “mensalão”, que consistia em comprar deputados para aprovar projetos de lei do PT.</p>
--	---

É explicado também que, pela baixa representatividade de políticos no congresso, o PT teve que fazer um “presidencialismo de coalizão”. Mas a presidente Dilma errou em ter feito chapa sem ter articulado, equilibrando pautas do PT e cargos de alto escalão com o PMDB.

Querendo tomar medidas por si só, Dilma não soube articular e quis tentar que o PMDB elegeisse deputado para presidente da Casa. Ao invés de tentar articular com o PMDB para que pautas relativas ao governo federal fossem votadas, ela partiu para o jogo de poder, e foi isso que provocou a aprovação de várias pautas bombas.

A heterogeneidade discursiva é mostrada em “amigas” para relatar que Cunha criou um sistema de defesa e de deputados aliados ajudando financeiramente nas campanhas desses políticos. Nessa conduta ele faz com que a maioria dos deputados fique devendo favores para ele.

Para se referir a esses parlamentares que apoiam o presidente da Câmara é feito jargão político “bancada de Cunha”. No primeiro mandato de Dilma Rousseff a bancada era composta pelo PT, PMDB e partidos aliados da base.

Divisão dos movimentos sociais

A estratégia de Cunha de ficar aliado à bancada conservadora dos evangélicos, e também da bancada da bala, é um jogo político para ficar favorável à direita conservadora, que é maioria em representação no Congresso.

No final do artigo há uma crítica ao PT que perde o diálogo com movimentos sociais e no presente estar mais alinhado

	com políticas públicas de direita do que a filosofia de origem do partido.
<p>4 de novembro, 2015</p> <p>Cunha dificilmente perderá o mandato, mas deve deixar comando da Câmara</p>	<p>Na entrevista é feita uma análise política do presidente da Casa, Eduardo Cunha, que vem pautando projetos de lei mais conservadores e que ilustram interesses da direita liberal também.</p> <p>Eduardo Cunha tem um perfil de caráter autoritário, conservador e capitalista. Pautas que não interessam ao PMDB, partidos liberais e conservadores não são votadas e nem passadas para o plenário decidir a aprovação ou reprovação do projeto. O que foi citado na matéria é que quando o projeto de lei que abordava a proibição de financiamento de campanha por meio de empresa privada, sugerido pela OAB-SP não foi aprovada, por exemplo.</p> <p>É importante destacar que determinada parte do texto ressalta o revanchismo que há em certa parte de Cunha e Dilma no que chamam de “toma lá da cá”. Uma expressão utilizada quando os dois líderes políticos estavam no embate de “pautas-bomba”.</p> <p>Ao final é feita uma análise geral sobre Eduardo Cunha e o país, e é evidente que Eduardo Cunha, se cassado, a presidência da Casa fará um acordo para ficar até o final do mandato de deputado federal. O advogado faz uma crítica ao perfil de Cunha, que tem uma personalidade autoritária e faz de tudo para seu próprio benefício e não da população. Quanto à crise que o país enfrenta, há ressalvas de que é preciso que os próximos governos consultem a população para fazer uma reforma política justa e que represente o povo brasileiro.</p>

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É constatado que o jornalismo político possui uma série de interpretações diferentes. O G1 obtêm uma análise mais neutra e as vezes agressiva; O Brasil 247 é agressivo em boa parte das matérias; e o Le Monde Diplomatique faz críticas ao dois lados ideológicos, esquerda e direita. Mas para ser percebido esse processo, foram vistos os critérios de noticiabilidade adotados pelos veículos no momento da apuração.

A mídia manipula, distorce e faz crítica aos políticos. Há muitos que neutralizam, porém outros são mais agressivos no uso de palavras e destaque das frases mais polêmicas ou contraditórias quanto ao processo de articulação política.

O presente trabalho obteve resultados esperados quanto à ironia e heterogeneidade discursiva. É notável que cada meio de comunicação tende a convencer o público ou confundir sobre os acontecimentos políticos, e por meio dessa artimanha conseguem prender atenção do leitor baseado na linguagem mais agressiva e disfórica. A sociedade em si tende a querer saber sobre o que lhe interessa, e por isso as notícias são sempre aquilo que o leitor quer ler e não ser contrariado, ou ficar surpreso com tal assunto.

A ideologia empregada para o público depende do que os veículos de comunicação analisados defendem e pregam, e por intermédio de qual partido político é patrocinado e apoiado. O uso de imagens e emprego de palavras ajudam as pessoas a saberem o que elas querem saber e querem ver. Se o veículo defende um ideal conservador, logo o público alvo das notícias e reportagens serão pessoas mais autoritárias, hierárquicas e conseqüentemente alienadas pelo processo de persuasão. Se a empresa de comunicação apoia a política liberal e que defenda classes minoritárias, por conseguinte a classe militante dessa ideologia acompanhará as abordagens e interpretações jornalísticas desse jornal.

O discurso político na imprensa é um processo do pensamento cognitivo dos indivíduos que querem ser informados sobre as situações da política como um todo. Há em evidência a construção do sentido através da ironia que muitas vezes é replicada do político e transpassado para o texto. Já a heterogeneidade discursiva é usada de várias frases ou trechos que Eduardo Cunha diz sobre a presidente Dilma ou também de deputados que não o defendem, mas que têm opiniões em relação ao presidente da Câmara.

A partir dos argumentos apresentados é possível perceber que, a manipulação da notícia começa desde a apuração até o título das matérias. As interpretações são os instrumentos mais eficazes para a mídia persuadir o público, pois são reproduzidas com as falas dos políticos, contradições do que dizem sobre acusações e ironias feitas para tentar convencer as pessoas.

As matérias do portal de notícias G1 tentam convencer desde o enunciado base do texto até o momento final de cada assunto, mas muitas vezes neutralizam os títulos. Foi percebido que a construção da notícia é dada por escândalos de corrupção referentes ao PMDB, críticas ao PT e o governo federal. Quando Eduardo Cunha estava sendo acusado e investigado, os títulos das matérias eram mais agressivos e destacavam a indignação dele por ser descoberto sobre recebimento de propina. Mas quando ele criticava a presidente Dilma e a ameaçava para abrir processo de impeachment, as abordagens eram mais agressivas para o PT e o governo. Das 29 matérias analisadas, apenas 7 delas tinham ironia; e a heterogeneidade discursiva estava presente em todas as matérias.

O veículo Brasil 247 tem uma opinião mais agressiva referente a Eduardo Cunha quanto a suas decisões políticas e formas de pautar os projetos de lei na Câmara dos Deputados. O jornal apoia claramente a presidente Dilma Rousseff e o partido do PT, não tolera Eduardo Cunha e apresenta o parlamentar para os leitores, como uma pessoa autoritária, conservadora e gananciosa. Das 26 matérias analisadas, quatro tinham ironia e as 26 continham heterogeneidade discursiva com marcação para prender a atenção dos leitores.

O Le monde Diplomatique/Brasil possui uma abordagem mais ideológica e com profundidade nos artigos analisados. Da mesma quantidade em que critica o exercício da presidente Dilma, critica também Eduardo Cunha e os aliados do parlamentar. Faz comparações e análises dos erros do governo e articulações que poderiam ter evitado o processo de impeachment. Dos quatro artigos analisados, apenas dois tiveram heterogeneidade discursiva e dois artigos tinham ideologia imposta por meio de opinião do jornalista. É importante ressaltar também que todos os títulos eram explicados ao longo dos textos.

Visto a divergências de opiniões sobre os assuntos, é possível concluir que, a mídia constrói a informação pelo que interessa a ela no presente momento, e a abordagem aprofundada não é prioridade para informar a população. A mídia noticia somente o que é ruim, aquilo que traz impacto, o que provoca a manifestação da

sociedade. Portanto tem que haver mais responsabilidade e busca do equilíbrio da informação.

8.1 SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS

Nos próximos estudos, pretendemos fazer uma análise de imagens das fotos de Cunha nos jornais e revistas e partir disso estabelecer uma relação da cultura intertextual e do pensamento bakhtiniano entre texto e imagem do ponto de vista semiótico.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Malena. Artigo científico: **Jornalismo político e Cobertura Eleitoral no Jornalismo Digital**. Portal da Intercom: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação /DT 2 – GP Publicidade e Propaganda – Propaganda Política, 2012 <<http://www.intercom.org.br/sis/2012/resumos/R7-0610-1>> Acesso em: 14 Nov, 2015.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARRETO, Emanuel. Jornalismo e política: a construção do poder. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, V.3, n.1, 1 sem. 2006 <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/download/2238/1937>> Acesso em: 01 Mar, 2016.

BARROS, Diana (orgs). **Dialogismo, polifonia, intertextualidade: em torno de Bakhtin**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1999.

BRAIT, Beth. **Ironia em perspectiva polifônica**. Campinas: UNICAMP, 1996.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. Tradução: Dilson Ferreira da Cruz e Fabiana Komesu - São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2010.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e Democracia na América Latina. **Revista latinoamericana de Ciências Sociais**. Buenos Aires, 2008. V.1, n.1. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye3S2a.pdf>> Acesso em: 13 abr. 2016.

CHRISTOFOLLETI, Rogério. **Ética no jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2006.

CORNU, Daniel. **Ética da informação**. Bauru: EDSC, 1998.

CORREIA, José. **Teoria e Crítica do Discurso Noticioso**. Covilhã: Labcom, 2009.

DEBRAY, Régis. **Manifestos Mídiológicos**. Petrópolis: Vozes, 1995.

DEFLEUR, Melvin L. **Teorias da Comunicação de Massa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

DISCINI, Norma. **O estilo nos textos: história em quadrinhos, mídia, literatura**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

DISCINI, Norma. **Comunicação nos textos**. São Paulo: Contexto, 2005.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (orgs). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas S.A, 2005.

ECO, Umberto. **Os limites da interpretação**. São Paulo: Perspectiva, 1990.

EAGLETON, Terry. **Ideologia. Uma introdução**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editor Bom tempo, 1997.

FERREIRA, Ivone; GONÇALVES, Gisela (orgs). **As indústrias da persuasão**. Covilhã: Labcom, 2010.

FIORIN, José Luiz. **O regime militar de 1964: Discurso e Ideologia**. São Paulo: Atual, 1988.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e Ideologia**. São Paulo: Ática, 2000.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Estruturalismo e teorias da linguagem**. Petrópolis: Vozes, 1971.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: Entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HERNANDES, Nilton. **A mídia e seus truques**. São Paulo: Contexto, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. **As análises de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2004.

MARTINS, Franklin. **Jornalismo Político**. São Paulo: Contexto, 2006.

LACALLE, Charo. As novas narrativas da ficção televisiva e a Internet. **Matrizes USP**. Barcelona, v.3, n.2, jan/jul. 2010. Disponível em <<http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/133/218>>. Acesso em: 23 Abril, 2016.

LAGE, Nilson. **Ideologia e Técnica da Notícia**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: Princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2001.

PAIVA, Raquel (orgs). **Ética, Cidadania e Imprensa**. 83. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

PECHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio**. 2. ed. São Paulo: Unicamp, 1995.

PESSANHA, José Américo Motta. **Os pensadores. Platão, 428 ou 7-348 ou 7 A.C. Defesa de Sócrates / Platão. Ditos e feitos memoráveis de Sócrates ; Apologia de Sócrates / Xenofonte. As nuvens / Aristófanés** ; seleção de textos de José Américo Motta Pessanha. 4.ed. São Paulo : Nova Cultural, 1987.

SALOMÃO, Mozahir. **Jornalismo radiofônico e vinculação social**. São Paulo: Annablume, 2003.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SEABRA, Roberto; SOUSA, Vivaldo de (orgs). **Jornalismo Político: teoria, história e técnicas**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v.2, n.1, 1. Sem. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/viewFile/2091/1830>> Acesso em: 01 Março, 2016.

VALLS, Álvaro L. M. **O que é ética**. 31. ed. São Paulo: Brasiliense, 2013.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 5. ed. Lisboa: Presença, 1999.

WOLTON, Dominique. **Pensar a comunicação**. Brasília: UnB, 2005.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Capitais Brasileiros no Exterior**. Disponível em:<<http://www4.bcb.gov.br/rex/CBE/Port/faq.asp?idpai=CBE>> Acesso em: 18 maio, 2016.

CONSULTOR JURÍDICO. **Iniciada com grampos, apuração da “lava jato” é nula**. Disponível em:<<http://www.conjur.com.br/2015-jan-30/iniciada-grampos-apuracao-lava-jato-nula-advogado>> Acesso em: 18 maio, 2016.

CONSULTOR JURÍDICO. **Caso que deu origem à “lava jato” é deixado em segundo plano**. Disponível em:<<http://www.conjur.com.br/2015-jul-30/deu-origem-lava-jato-deixado-segundo-plano>> Acesso em: 18 maio, 2016.

FENAJ. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. Disponível em:<http://fenaj.web2015.uni5.net/?page_id=6844>Acesso em: 18 maio, 2016.

INFOESCOLA. **Maiêutica**. Disponível em:<<http://www.infoescola.com/filosofia/maieutica/>> Acesso em: 02 jun, 2016

JUSBASIL. **Como ocorre o impeachment**. Disponível em:<<http://miguellp.jusbrasil.com.br/artigos/263747671/como-ocorre-o-impeachment>> Acesso em: 24 maio, 2016.

FOLHA. **Manual de produção jornalística da Folha S. Paulo**. Disponível em:<http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_producao_s.htm> Acesso em: 18 maio, 2016.

OPERAÇÃO LAVA JATO. **Entenda o caso.** Disponível em:<<http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso>> Acesso em: 18 maio, 2016.

ANEXOS

As matérias na íntegra dos jornais G1, Brasil 247 e Le Monde Diplomatique/Brasil estão contidas dentro do cd entregue junto com o trabalho de conclusão de curso.